

RELATÓRIO DE
GESTÃO
EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2021

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2021

APROVAÇÃO

Pela Câmara Municipal em reunião de 21 de abril de 2022

Pela Assembleia Municipal em Sessão de 29 de abril de 2022

APROVADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Por acórdão de ____ de ____ de 2022

(S/ ofício nº _____, de ____ de ____ de 2022

Emolumentos de € _____, _____, pagos em ____/____/2022,

pela ordem de pagamentos nº _____

REUNIÃO DE: 21 de abril de 2022

DELIBERAÇÃO Nº 60

do Presidente e A câmara deliberou por maioria com o voto de solicitação de 3 votos contra dos vereadores do PS, concordar com o documento apresentado. Não deliberou anular o documento para aprovação à Assembleia Municipal.

M. epm
 A. J. G.
 EP
 R.
 D.

Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO	1
EXERCÍCIO DE 2021	1
I - INTRODUÇÃO:.....	1
II – PRIORIDADES ESTRATÉGICAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:.....	3
III – Reporting Financeiro:	53
1 – Processo Orçamental.....	54
1.1 – Execução orçamental	55
1.2 – Execução orçamental da Receita	57
1.3 – Execução Orçamental da Despesa.....	60
1.4 – Execução das GOP’s	62
2 – Processo Económico-Financeiro.....	63
2.1 – Estrutura do Ativo	64
2.2 – Estrutura do Passivo.....	64
2.3 – Estrutura das Dívidas de terceiros c/ prazo:	65
2.4 – Estrutura do Património Líquido:	65
2.5 – Estrutura dos Rendimentos:	65
2.6 – Estrutura dos Gastos:	66
2.7 – Principais Indicadores de desempenho económico:.....	66
3 – Endividamento municipal:.....	66
IV – Proposta de aplicação de resultados:.....	68

V – Contabilidade de Gestão – NCP 27.....	68
---	----

Índice de Quadros

Quadro 1 - Resumo do Orçamento com outras receitas e despesas - Inicial.....	55
Quadro 2 - Resumo do Orçamento com outras receitas e despesas - Corrigido.....	56
Quadro 3 - Execução da Receita e Despesa	56
Quadro 4 - Execução da Receita.....	57
Quadro 5 - Evolução da Receita 2019-2021	59
Quadro 6 - Execução Orçamental da Despesa	60
Quadro 7 - Evolução da Despesa.....	61
Quadro 8 - Execução das GOP's	62

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição da procura da LIT - Nº de atendimentos por mês.....	31
Gráfico 2 – Distribuição da procura da LIT por nacionalidades	31
Gráfico 3 – Procura da LIT por motivação – Nº de atendimentos.....	32
Gráfico 4 – Procura da LIT – Nº de atendimentos por género e faixa etária	33
Gráfico 5 - Evolução da Receita 2019-2021	58
Gráfico 6 - Evolução da Despesa.....	61
Gráfico 7 - Evolução das GOP's	63

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right side of the page, including the acronym 'CNAFC', the initials 'E-P', and several illegible signatures.

M.
A. Sousa
ATA
E.P.
J.
D.

I - INTRODUÇÃO:

Os anos de 2020 e 2021, farão parte dos manuais escolares futuros e serão perpetuados em documentários, registos audiovisuais e bibliográficos, muito para além da gravação irreversível na nossa memória.

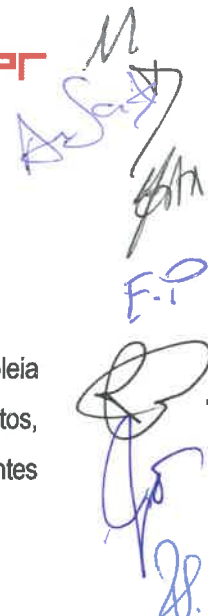
A exigência, capacidade de adaptação onde avanços e recuos estratégicos transformaram o quotidiano de todas as camadas sociais, em todo o mundo, resultaram numa luta agregada onde as tréguas tardaram a chegar. O estado de pandemia à escala global metamorfoseou mentalidades, relações, estratégias político-económicas, práticas laborais, hábitos individuais e de grupo, modalidades de ensino, entre tantas outras dimensões, cujos impactos ainda nem temos perfeita noção. O golpe foi duro e persistente, a economia ressentiu-se e tardará a recuperar, os cidadãos sofreram.

O Município do Peso da Régua, respondeu à chamada, ao apelo e às exigências sociais e territoriais, adotando medidas de mitigação dos impactos da pandemia SARSCOV2 e desenvolvendo, em função da estratégia e orientações das entidades estatais da Saúde, as ações possíveis em matéria de segurança, saúde e apoios sociais às camadas mais frágeis e em evidente situação de carência, fosse em que dimensão fosse, bem como aos empresários do concelho, face às consequências nefastas da quebra e/ou interrupção da atividade comercial. Estreitando a proximidade aos seus munícipes, apelando ao cumprimento das normas sanitárias e de proteção individual, foi garantido o acesso às infraestruturas, para o efeito criadas, quer de rastreio à COVID19, quer, posteriormente, à concretização do processo de vacinação.

Munidos de uma enorme vontade em derrubar este inimigo que nos surpreendeu de rompante, e da sensibilidade e sentido de responsabilidade na proteção dos reguenses, não nos poupamos a esforços, reinventamo-nos todos os dias, criando medidas e aplicando ações em concreto, em função das exigências da evolução pandémica, aprovadas pelos órgãos municipais competentes, das quais se destacam as seguintes:

1. Fornecimento de cabazes alimentares a famílias carenciadas, com evidente redução de rendimentos ou idosos isolados sem possibilidade de aceder a bens de primeira necessidade;
2. Adequação do Centro de Rastreio instalado no Hospital D. Luís I, para a realização de testes COVID19, à população do concelho;
3. Reforço das valências da Cantina Social;
4. Disponibilização de transporte, em articulação com os Bombeiros Voluntários do concelho, de doentes COVID19, para as unidades hospitalares ou para a realização de testagem, sempre que justificável;
5. Reavaliação das rendas de habitação social, propriedade do Município, para famílias com evidente quebra de rendimento;

6. Atribuição de vales em compras em lojas do comércio tradicional do concelho, no valor da refeição escolar para os alunos dos escalões A e B;
7. Disponibilização de transporte gratuito aos alunos dos alunos do 11º e 12º anos das freguesias rurais para o Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia;
8. Transferência de meios afetos à área dedicada à COVID19, do Centro de Saúde, para o Hospital D. Luís I;
9. Cedência de material e equipamento informáticos, bem como acesso à internet, para os alunos identificados pelo AEJAC, com evidente manifestação de carência;
10. Fornecimento de equipamentos de proteção individual às IPSS do concelho;
11. Disponibilização de alojamento gratuito a profissionais de saúde e das IPSS, com indicação de isolamento profilático;
12. Articulação e cedência dos recursos humanos e logísticos às IPSS's e associação de Bombeiros, no âmbito do aumento das despesas suas despesas de funcionamento (água, gás, eletricidade, resíduos...) e conseqüente diminuição de receitas;
13. Comparticipação dos 20% da contrapartida dos comerciantes locais, no âmbito das candidaturas a medidas de proteção à COVID19;
14. Incentivo aos colaboradores municipais para almoço em restaurantes locais, nos dois meses após abertura, através de reforço de té 100%, de subsídio de refeição, através de protocolo celebrado com a ACIR.



II – PRIORIDADES ESTRATÉGICAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

1 – Estrutura Organizativa do Município

Assembleia Municipal - Órgão deliberativo

De acordo com o definido na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal do Peso da Régua, órgão de natureza deliberativa do Município, é constituída por 29 elementos, 21 dos quais eleitos diretamente nas eleições para o respetivo Órgão aos quais se juntam os 8 Presidentes de Juntas de Freguesia e União de Freguesias.

Mesa da Assembleia – Órgão Deliberativo

Presidente da Assembleia Municipal - Artur José Montenegro Soveral Freire de Andrade

1º Secretário - Júlio Alfredo Mota

2º Secretário - Paula Manuel Pereira Correia dos Santos

Câmara Municipal - Órgão Executivo

Nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vem estabelecer o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, a composição da Câmara Municipal (em virtude de estar no intervalo entre 10.000 e 50.000 eleitores) é de 1 Presidente e 6 Vereadores.

Presidente - José Manuel Gonçalves

- Planeamento e Obras Públicas
- Fundos Comunitários
- Educação
- Finanças Municipais
- Proteção Civil
- Urbanismo e Obras Particulares
- Recursos Humanos
- Desenvolvimento Rural



Vereadora - Maria José Fernandes Lacerda

- Cultura
- Saúde, Bem-estar e Qualidade de Vida

Vereador - Eduardo Jorge Ribeiro Pinto

- Economia Local, Inovação e Empreendedorismo
- Serviços Urbanos e Ambiente
- Mobilidade, Transportes e Segurança Rodoviária
- Energia
- Coesão Social
- Licenciamento e Fiscalização

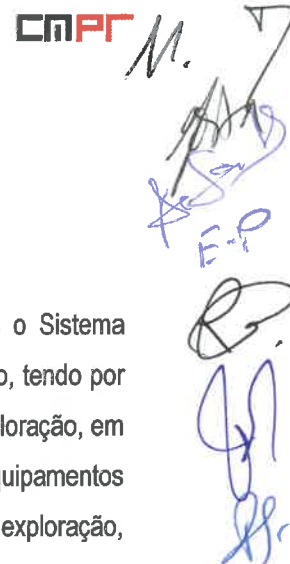
Vereador - Rui Filipe dos Anjos Teixeira

- Desporto e Juventude
- Modernização Administrativa
- Comunicação e Imagem
- Turismo e promoção do território
- Assuntos Jurídicos

Vereador - Manuel da Costa Monteiro

Vereadora - Ana Luísa Couto Almeida dos Santos

Vereador - António Jorge de Sousa Pereira



2 - Participações do Município do Peso da Régua

Participações Societárias em 31 de dezembro de 2021

Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.

A Empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. foi criada em simultâneo com o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo por base o Decreto-Lei nº270-A/2001 de 6 de outubro, visando como objeto de intervenção a exploração, em regime de concessão por um período de 30 anos, a conceção e a construção das obras e equipamentos necessários para efetuar o abastecimento de água e saneamento em alta, assim como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção.

O capital teve a subscrição de 30 Municípios, assim como as sociedades, "Águas de Portugal S.G.P.S. S.A." e a "Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A. ".

O Município do Peso da Régua deteve uma participação social de 1,67% na respetiva sociedade até 31 de julho de 2015.

A 1 de agosto de 2015, com a fusão de todos os sistemas multimunicipais do Norte, foi criada a Empresa Águas do Norte onde o Município detém 0,42%, no valor de 467.528,00€.

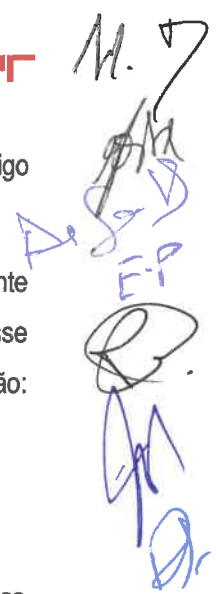
➤ Águas do Interior – Norte, EM, SA.

A Águas do Interior – NORTE, EM, SA., foi constituída em 15 de novembro de 2019, ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelos Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

Por força dos seus estatutos, a Águas do Interior – NORTE, EM, SA., é uma empresa encarregue da gestão de serviços de interesse geral, tendo, neste âmbito a ela competido a gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas nos Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

Nos termos do disposto no artigo 17.º do Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a delegação destes serviços é regulada através de um contrato de gestão delegada, celebrado entre os Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real e a Águas do Interior – NORTE, EM, SA.

A Águas do Interior – NORTE, EM, SA., assume-se como uma empresa local, de natureza intermunicipal, sob a forma de sociedade comercial anónima, de capitais exclusivamente públicos, sendo a totalidade do seu capital detida por entidades públicas. Goza de personalidade jurídica, é dotada de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de independência orçamental. É representada pelo seu Presidente do Conselho de Administração, Eng.º Carlos Manuel Gomes Matos da Silva, e pelo Vogal do Conselho de



Administração, Dr. José Manuel Gonçalves, igualmente com poderes necessários para o efeito ao abrigo dos Estatutos da Empresa.

Pelo Contrato de Gestão Delegada, os Municípios delegam na Empresa a prestação tendencialmente universal nos territórios dos Concelhos dos Municípios participantes, dos seguintes serviços de interesse geral, nos termos previstos no artigo 2.º do Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua atual redação:

1. Abastecimento público de água para consumo humano;
2. Saneamento de águas residuais urbanas.

Os serviços referidos no parágrafo anterior incluem a valorização de subprodutos resultantes daquelas atividades, nomeadamente a disponibilização de águas residuais tratadas aptas a novas utilizações.

A exploração e gestão destes sistemas municipais consubstanciam serviços de interesse geral devendo reger-se pelos princípios orientadores previstos no artigo 46.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, bem como pelos seguintes princípios gerais, em consonância com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua atual redação:

1. A promoção tendencial da sua universalidade e garantia de igualdade no acesso;
2. A garantia da qualidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores;
3. O desenvolvimento da transparência na prestação dos serviços;
4. A proteção da saúde pública e do ambiente;
5. A garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis;
6. A promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento dos Municípios que integram a Empresa.

O Município do Peso da Régua detém 14,55% da AdIN.

Participações Não Societárias em 31 de dezembro de 2021

- Associação Nacional de Municípios Portugueses

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) foi criada a 22 de fevereiro de 1985, e tem por objetivo a representação e defesa dos Municípios Portugueses, perante os órgãos de soberania e perante as organizações nacionais ou internacionais.

Desenvolve projetos com vista ao acompanhamento do Poder Local, promove a troca de experiências e o

M. ✓
AM
Agente
E.P.
[Handwritten signature]

intercâmbio de informação entre os seus membros, para além de disponibilizar meios de ação técnico-jurídica para os Municípios associados.

➤ Associação de Municípios do Vale do Douro Norte

Constituída a 25 de outubro de 1990 pelos Municípios de Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real, a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte surgiu de a necessidade destes Municípios coordenarem ações de desenvolvimento sustentável na Região. Neste sentido, gere iniciativas intermunicipais em todo o território da Associação, das quais se destaca a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos.

➤ Associação de Municípios Portugueses do Vinho

Com o objetivo de promover e valorizar os vinhos e as regiões de origem, foi constituída em 2007 a Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV).

Atualmente com 71 Municípios associados, a AMPV tem desenvolvido contatos com o Ministério da Agricultura, o Instituto do Vinho e do Turismo de Portugal entre outras entidades do setor para que, atuando em conjunto, sejam desenvolvidas estratégias de promoção do produto de acordo com as especificidades de cada Concelho.

A AMPV propõe a formulação de linhas orientadoras de ação que consubstanciam a cooperação e a partilha de experiências entre Municípios que representam as regiões demarcadas de produção de vinho de qualidade.

➤ Associação do Douro Histórico

Criada em 1991, a Associação do Douro Histórico nasceu da tomada de consciência, por parte dos agentes locais da Região do Alto Douro, privados e públicos, de que o processo de desenvolvimento rural foi e é uma necessidade emergente, e que com uma iniciativa dinâmica, enraizada na sociedade local, feito com as pessoas, pelas pessoas e para as pessoas, poderia vir a ser desenvolvido.

De entre as atividades desenvolvidas, sobressai a gestão dos fundos comunitários que visam apoiar projetos de desenvolvimento rural na procura da melhoria da qualidade de vida através do reforço do sistema produtivo, da capacidade de iniciativa e de empreendedorismo, a valorização e diversificação da

atividade económica local, a preservação e valorização do património construído, natural e cultural.

➤ Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico

Criada e sediada em Lamego, a 22 de junho de 1988, a Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico visa, essencialmente, a preservação e conservação dos centros históricos dos aglomerados urbanos, promovendo a sua dinamização, contribuindo, assim, para o bem-estar das populações que deles desfrutam e usufruem.

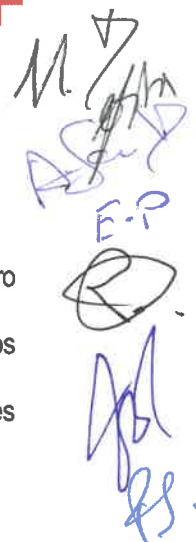
A Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, em colaboração com os Municípios, promove ações de divulgação cultural e proteção de locais que são da maior importância nacional e de indiscutível interesse público.

➤ Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro

A Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro (AIMRD) surge da vontade de diversas localidades, situadas nas margens deste rio, em criar um órgão capaz de se ocupar da cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal, assim como de tentar alcançar a consecução de um projeto económico e ecológico comum.

Os primeiros passos da Associação remontam ao protocolo assinado em 12 de fevereiro de 1993, em Valladolid, pelos Municípios de Covalada, Aranda de Duero, Roa, Penafiel, Laguna de Duero, Valladolid, Toro, Zamora, e as Câmaras Municipais de Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Peso da Régua, Castelo de Paiva, Penafiel, Vila Nova de Gaia e Porto.

A AIMRD tem como objetivos principais: promover a elaboração de um projeto de desenvolvimento integral cujo centro seja o rio Douro, com as suas inúmeras potencialidades, e que abranja a área das câmaras municipais ribeirinha; impulsionar a adoção de um compromisso ecológico, cuja finalidade consista na defesa do rio Douro, essencial para a vida das povoações ribeirinhas; denunciar e tratar de impedir possíveis atentados ecológicos; desenvolver programas que melhorem e potenciem a atividade dos seus sócios, nomeadamente no âmbito das infraestruturas e dos serviços especializados; promover e defender os interesses dos seus associados para conseguir o desenvolvimento integral da área geográfica do Douro, para além de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.





➤ Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2

Composta pelos Municípios de Chaves, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua, Lamego, Castro Daire, Viseu, Tondela, Santa Comba Dão, Penacova, Vila Nova de Poiares, Góis, Pedrogão Grande, Sertã, Lousã, Vila de Rei, Sardoal, Abrantes, Ponte de Sor, Mora, Montemor-o-Novo, Viana do Alentejo, Castro Verde, Aljustrel, Almodôvar, Loulé, São Brás de Alportel e Faro foi constituída a 5 de novembro de 2016. Tem como objetivo principal o desenvolvimento turístico e a promoção económica e cultural dos Municípios que foram atravessados pela antiga Estrada Nacional 2 (EN2).

➤ Comunidade Intermunicipal do Douro

Constituída por escritura pública, pelos 19 Municípios da NUT III Douro, a 15 de janeiro de 2009, tem como principais objetivos: a participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, através dos fundos comunitários; a articulação dos investimentos municipais e de interesse intermunicipal; promoção do planeamento e da gestão estratégica de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido.

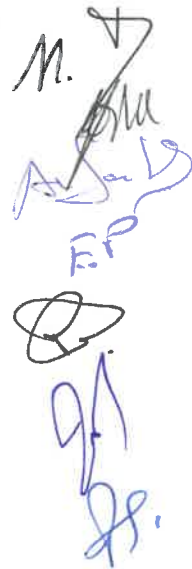
➤ Fundação Museu do Douro

A Fundação Museu do Douro foi criada a 23 de março de 2006, pelo Decreto-Lei nº 70/06. É uma instituição de direito privado e utilidade pública, dotada de personalidade jurídica.

A Fundação tem como objetivo principal a promoção de atividades culturais, que dignifiquem e publicitem a Região do Douro, cabendo-lhe a instalação, a manutenção e a gestão do Museu da Região do Douro, criado pela Lei nº 125/97, de 2 de dezembro, bem como a concretização das atribuições estabelecidas na referida lei.

➤ Douro Alliance

A Associação de Municípios "Douro Alliance - Eixo Urbano do Douro" foi constituída por escritura pública, a 10 de julho de 2009, pelos Municípios do Peso da Régua, Lamego e Vila Real, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, pela Associação Comercial e Industrial dos Concelhos do Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio, assim como pela Associação Comercial e Industrial de Vila Real,



Associação Empresarial de Lamego e, ainda, pela NERVIR - Associação Empresarial.

O objetivo comum é a criação de uma plataforma de diálogo, partilha e cooperação entre cidades, desenvolvendo uma identidade regional forte, em torno de uma estratégia comum que possa reverter em benefícios partilhados. Com o desenvolvimento das ações previstas na candidatura “Douro Alliance”, procuraremos encontrar estratégias e aproveitar sinergias para a implementação e consolidação de projetos, cujos efeitos se farão sentir, não apenas em Vila Real, Peso da Régua e Lamego, mas também em toda a Região do Douro.

➤ Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

Constituída pelas 34 principais cidades do Norte de Portugal e da Galiza, a Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular surgiu a 1 de abril de 1992, com o objetivo de desenvolver tecnológica, social, cultural e cientificamente as cidades que a integram, promovendo uma cultura de coesão no território comum.

Com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável da região transfronteiriça, o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular realiza estudos e projetos (principalmente os que apresentem possibilidade de cofinanciamento estatal, comunitário ou internacional) que visem formas de relacionamento entre agentes, estruturas e entidades públicas e privadas.

➤ Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal

Pessoa coletiva de direito público de âmbito territorial, dotada de autonomia administrativa, financeira e património próprio, foi criada para gerir a área regional de turismo coincidente com o território da NUT II Norte, com estatutos aprovados pela Portaria nº 1039/2008 de 13 de outubro e de acordo com a deliberação nº 358 tomada em Reunião de Câmara de 9 de dezembro de 2008.

M.
A.S.
E.P.
R.
G.
J.S.

DOPSU

DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS

3 - Atividades prosseguidas pelos serviços municipais:

Divisão de Obras Públicas e Serviços Urbanos:

Setor de Obras Públicas

Ao setor de Obras Públicas compete, essencialmente, coordenar e gerir todas as tarefas inerentes à organização e elaboração dos processos de concurso de empreitadas de obras públicas e, também, coordenar e gerir a fiscalização das empreitadas de obras públicas adjudicadas pela Câmara Municipal.

Nesse âmbito, durante o ano de 2021, decorreram as empreitadas identificadas no mapa seguinte, algumas das quais com início em anos anteriores.


São também referenciadas algumas empreitadas que, embora não tenham tido faturação no ano de 2021, tiveram o processo de concurso de contratação concretizado nesse ano.

EMPREITADA COM FATURAÇÃO EM 2021	VALOR DA ADJUDICAÇÃO	FATURAÇÃO 2021
2019		
Recinto de promoção e valorização de produtos endógenos do Douro - Largo Padre José Pinto de Carvalho	343 107,89 €	71 448,00 €
Reconversão do mercado municipal – fase I _ Mercal – Mercado local de produtores de Peso da Régua	194 480,00 €	98 053,46 €
Reconversão do mercado municipal – fase I _ Mercal – Mercado local de produtores de Peso da Régua - (trabalhos complementares 1)	35 820,46 €	35 820,46 €
Reconversão do mercado municipal – fase I _ Mercal – Mercado local de produtores de Peso da Régua - (trabalhos complementares 2)	38 318,40 €	38 318,40 €
Implementação dos modos suaves na Av. Dr. Manuel de Arriaga	1 103 889,55 €	183 100,37 €
Centro Interpretativo e Albergue do Caminho Português Interior de Santiago	109 753,53 €	57 907,50 €
2020		
Reparação e impermeabilização de laje de terraço do mercado na rua Branca Martinho - Município do Peso da Régua	15 737,02 €	15 737,02 €
Pavimentação de troço de estrada EM 313 - Corgo	105 391,06 €	105 391,06 €
Pavimentação de troço de estrada EM 313 - Corgo (Trabalhos complementares)	42 000,00 €	42 000,00 €
Construção de Capela e Casa Mortuária - Lugar das Travessas- Vinhós- Peso da Régua	120 185,72 €	85 673,12 €
Trabalhos de reparação nos postos de transformação PT - EB 2/3; PT Centro Escolar das Alagoas e PT Escola nº 1 - Peso da Régua	4 848,45 €	4 848,45 €
Reabilitação de edifícios do Bairro da Junta Autónoma de Estradas	379 702,24 €	232 805,38 €
Reabilitação de edifícios do Bairro Diocese de Vila Real	793 766,72 €	457 048,40 €
Arrelvamento sintético do Campo Clube de Caça e Pesca Alto Douro	63 267,92 €	63 267,92 €
Reabilitação da Escola das Forças para Centro de Atividades Ocupacionais - ARDAD	68 093,50 €	43 876,77 €
Revitalização do Balneário Termal para fins terapêuticos das Caldas do Moledo	1 543 990,00 €	87 181,29 €
Reabilitação e Regeneração do Hospital D.Luiz I	3 138 122,46 €	91 492,00 €


 E.P.


2021

Reabilitação de edifícios do Bairro da Azenha - Eficiência Energética	779 221,88 €	253 861,88 €
Execução e manutenção de pavimentos em cubos de granito – concelho de Peso da Régua	29 742,50 €	29 742,50 €
Alargamento de cruzamento junto à casa do Povo de Godim - Rua Cândido Lima	9 320,00 €	9 320,00 €
Reabilitação de Pavimento perimetral à zona de venda no Mercado Municipal	29 176,75 €	29 176,75 €
Fornecimento e instalação de sistema semafórico na rua da Ferreirinha	8 992,45 €	8 992,45 €
Instalação de coletor de águas pluviais - Fontelas	7 220,00 €	7 220,00 €
Reparação de degraus e patamares de escadas na Rua das Nogueiras e muro de blocos degradados- Dourolar - Godim- Peso da Régua	8 107,00 €	8 107,00 €
Pavimentação a betuminoso de troços na EM 593 Poiares e EM 313-1 - Galafura	148 894,92 €	148 894,92 €
Pavimentação a betuminoso de troços na EM 593 Poiares e EM 313-1 - Galafura (Trabalhos Complementares)	73.512,40 €	73 512,40 €
Pavimentação a betuminoso de troços na EM 600-Fontelas-Cemitério até ao Lugar do Paço, Lugar da Fontanella (tanques até paragem do autocarro) e troço em Loureiro-Outeiro até à junta de Freguesia	143 541,45 €	143 541,45 €
Pavimentação a betuminoso de troços na EM 600-Fontelas-Cemitério até ao Lugar do Paço, Lugar da Fontanella (tanques até paragem do autocarro) e troço em Loureiro-Outeiro até à junta de Freguesia (Trabalhos complementares)	71.255,25 €	71 255,25 €
Escarificação e pavimentação de troço da EM 601 - Sergude	132 419,20 €	132 419,20 €
Escarificação e pavimentação de troço da EM 601 - Sergude (Trabalhos complementares)	65 994,72 €	65 994,72 €
Pavimentação a betuminoso de troço da EM 1308 desde o cruzamento de Vinhós até ao cruzamento com a EM 600	132 551,42 €	132 551,42 €
Reabilitação de infraestruturas de abastecimento de água e pavimentação a betuminoso no troço da EM 600 Sermanha - Sedielos	128 288,56 €	
Execução de ramal elétrico na rua da Ferreirinha- Semáforos - Mercado	4 867,54 €	4 867,54 €
Pintura da Capela Mortuária e de muros envolventes à Igreja de Godim	15 830,00 €	15 830,00 €



Setor de Serviços Urbanos

Este setor é responsável pela conservação e manutenção das infraestruturas públicas municipais, podendo realizar, nessa área, pequenas intervenções por administração direta.

Mais discriminadamente, as competências referidas abrangem a manutenção, reparação de anomalias e pequenas inovações por administração direta, nos edifícios municipais, edifícios escolares e edifícios de habitação social. Inclui-se também a manutenção do espaço público, ambiente e gestão de resíduos.

Durante o ano de 2021 foram realizadas, por administração direta, inúmeras intervenções no âmbito da manutenção e conservação de edifícios municipais, escolares e de habitação social, num valor total de 58 000,00 €.

No âmbito da manutenção e beneficiação de espaço público, foram efetuadas, por administração direta, intervenções de reparação e manutenção de pavimentos de vias rodoviárias bem como reparação e beneficiação de passeios e vias pedonais. Houve também uma especial atenção à melhoria de acessibilidades a cidadãos com mobilidade reduzida, com a execução de rampas e rebaixamento de zonas de acesso a passeadeiras. Foi também efetuado reforço de pintura de passeadeiras e de marcação de vias, bem como reparação e reforço de sinalização rodoviária. O valor total gasto nessa área foi de 48 000,00 €.

Na área de espaços verdes, ambiente e limpeza urbana, as intervenções incidiram na manutenção e beneficiação de jardins e áreas verdes da cidade, limpeza e desinfeção do espaço público, recolha de resíduos excedentes dos contentores, com especial incidência na recolha de papelão produzido pelos estabelecimentos comerciais e recolha de monstros. O valor referente ao conjunto de intervenções nesta área foi de 63 000,00 €.

M
↓
Am
S
E.P
R
PP.

DPDEGT

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E GESTÃO DO
TERRITÓRIO

Divisão de Planeamento, Desenvolvimento Económico e Gestão do Território

Durante o ano transato, a situação pandémica resultante da COVID-19, condicionou o normal funcionamento destes serviços. Não obstante se ter encontrado um equilíbrio entre os imperativos de confinamento obrigatórios - em que o modelo de teletrabalho foi instituído – e a resposta funcional das atribuições e competências desta divisão, que minimizou as suas repercussões, esse facto condicionou ainda o pleno desenvolvimento desta unidade orgânica, tendo isso sido mais notório, na área da Gestão Urbanística.

Recorreu-se ao “Plano de Contingência dos Serviços Municipais – Urbanismo”, principalmente no primeiro trimestre do ano, para implementar uma série de procedimentos de tramitação que, salvaguardando a saúde pública de munícipes e funcionários, manteve tanto quanto possível a normalidade processual e as restantes competências da divisão, principalmente no que respeita à relação com requerentes e outros interessados – privilegiou-se, assim, a desmaterialização e a digitalização de processos, as reuniões e atendimentos por via digital, de forma preferencial.

Durante o segundo semestre do ano foi paulatinamente retomada a normalidade processual, retomando-se os habituais procedimentos, tendo sido apenas minimizado os serviços que implicassem o contacto físico direto entre pessoas e bens, sem que os mecanismos de proteção habitual fossem garante de eventual contágio. Isso, no entanto, não causou qualquer entropia significativa ou impedimentos ao decorrer processual e sua conclusão.

Esta necessidade de redefinir circuitos processuais numa estrutura que não é imensa em recursos técnicos e humanos, tem tido como consequência nestes dois últimos anos, o adiar de uma reorganização estrutural dos serviços ao nível da tramitação (com exclusividade digital) e no reforço técnico em algumas das áreas competentes. No entanto, durante também o segundo semestre, algumas das carências funcionais mais notórias, foram colmatadas mais ou menos em simultâneo com a entrada em funções de dois técnicos superior em regime de estágio PEPAL e curricular na área de Geografia, tendo um sido colocado a colmatar a área de SIG – desprovida por pedido de mobilidade há já algum tempo – e outro vocacionado para a área de Planeamento Urbano. Também na área do Direito, a Secção de Gestão Urbanística conta desde o último trimestre com um técnico especializado.

No decurso do último trimestre do ano passado foi fortemente marcado por duas ações ao nível do planeamento, fundamentais ao município e às estratégias de políticas municipais aí contidas, com o início formal com as seguintes publicações em Diário da República, de acordo com os procedimentos legais instituídos:

- 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Peso da Régua;
- Elaboração do Plano de Pormenor da Zona de Vocação Turística da Milnorte.

A revisão do PDM do Peso da Régua foi antecedida da produção do obrigatório Relatório do Estado do

M.
 ↑
 Ana
 Sec
 EP
 O
 A
 S.

Ordenamento do Território onde é feito um balanço da vigência do plano desde a sua entrada em vigor, concluindo em alguns pontos essenciais à definição da estratégia no processo de revisão.

Esta Revisão do Plano Diretor Municipal de Peso da Régua, para além da atualização da estratégia municipal com a política dos solos, dará cumprimento ao imperativo legal que resulta da alteração ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial em consequência das novas regras de qualificação e classificação dos solos.

Encontra-se, ainda, em ponderação, a possibilidade de em antecipação ao processo de revisão, promover uma Alteração Material ao PDM, por forma a retificar uma regra que têm causado uma discrepância de interpretação formal no que respeita às condições de edificabilidade em Zonas Ameaçadas por Cheias em espaço urbano.

No âmbito da elaboração do PP da Milnorte, durante o ano de 2021 foi desenvolvida a solução urbanística geral, que teve, por imperativo, integrar à ilharga da área-plano, a Subestação de Tração Elétrica – estrutura edificada fundamental à eletrificação da linha ferroviária do Douro -conformando-se com esta tipologia numa solução amplamente discutida e concertada entre as Infraestruturas de Portugal I.P., os parceiros no âmbito do firmando contrato para planeamento BLEND IN DOURO, e o município. Essa solução global foi durante o decurso do ano transato apresentada às diversas entidades com tutela e jurisdição no território – APA / ARH Norte, DRCN, CCDR-N – numa ronda informal que antecipou os decorrentes pareceres a emitir por cada uma das entidades no âmbito da elaboração do plano de pormenor.

Compete ainda a esta divisão, para além da gestão dos processos de operações urbanísticas, as áreas relacionadas com o planeamento urbano e estratégico e a elaboração de estudos e projetos que respondem à estratégia de desenvolvimento definida.

Ao Gabinete de Estudos e Planeamento coube durante o ano transato concentrar a sua atividade no apoio a outras unidades orgânicas e na resposta às solicitações quotidianas nas Áreas de Reabilitação Urbana, Estratégia Local de Habitação e Alojamento Local. O tratamento dos registos dos pedidos de Alojamento Local e das respetivas vistorias ao local, a tramitação decorre centralizada no GEP, em articulação com a Divisão de Desenvolvimento Social a quem compete as atribuições na área do turismo.

O Gabinete de Sistema de Identificação Geográfica foi provido no decurso do último semestre por dois técnicos na área de Geografia, em exercício no âmbito de um estágio PEPAL e curricular, tendo com isso sido retomadas as habituais incumbências e atribuições deste setor.

O último semestre do ano anterior, e a retoma de uma normalidade processual anterior ao período pandémico, teve como consequência num aumento significativo nos indicadores gerais em comparação ao ano de 2020. A isso se deve certamente uma maior resposta dos serviços municipais, menos constrangidos da inibição de recursos e restantes contingências anteriores, mas, principalmente a uma retoma da confiança de munícipes e promotores nas operações urbanísticas colocadas à análise destes serviços.

M. ↑
A. M.
A. S. S.
E. P.
R.
B.
P.

Apesar dos procedimentos funcionais e de tramitação terem sido reajustados ao longo do ano, e os técnicos superiores e restantes serviços se encontrarem em períodos de “espelho” no regime de teletrabalho ou por marcação prévia, a resposta dos serviços foi sempre garantida, o que se denota nos números agora apresentados.

Por todas as tipologias de procedimento e a respetiva movimentação processual global, o quadro seguinte sintetiza e compara com os demais períodos desde 2015. Dessa análise resulta de forma imediata o regresso dos indicadores de resultado ao nível de 2019 e de 2016, contrariando a tendência de decréscimo verificada no último período.

Movimentação Processual	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
Processos de Obras	114	96	119	76	97	121	68
Utilização / Alteração de Utilização	56	45	45	47	31	27	41
Processo de Loteamento	1	0	0	1	0	0	0
Destaque (certificação)	6	7	5	1	5	2	3
Informação Prévia	10	6	6	7	11	7	12
Propriedade Horizontal (Certificação)	8	6	5	8	4	4	4
Ocupação da Via Pública	24	21	19	23	15	18	16
Publicidade	13	1	9	7	6	13	8
Segurança / Salubridade	0	0	0	0	0	0	0
Diversos	302	288	340	279	271	246	180
Disposições controlo de funcionamento	1	4	4	1	5	15	35
Ficha Técnica de Habitação	16	37	25	18	34	10	16
TOTAL	551	511	577	468	479	463	383

Seção Administrativa

À Secção Administrativa cabe a gestão e centralização das funções e ações administrativas reportadas ao Setor de Gestão Urbanística e Setor de Fiscalização, respeitando os regimes jurídicos gerais e demais legislações aplicáveis, os respetivos regulamentos municipais, numa tramitação processual vinculada estritamente ao Código do Procedimento Administrativo.

No ano passado verificou-se o regresso dos valores da emissão dos alvarás de construção dos anos de referência, percebendo-se, assim, a retoma de confiança dos promotores mesmo que em período pandémico. Durante o ano de 2021 foram instruídos mais 40 processos que no período homólogo, contrariando uma pequena tendência de descida.

Continua a verificar-se uma manutenção da ausência de emissão de títulos dos alvarás de loteamento que representam uma inexistência de iniciativa privada ao nível desta tipologia de operação urbanística, ao longo dos últimos anos.

M. [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]
 E.P.
 [Handwritten signature]
 [Handwritten signature]

Titulos	2021	2020	2019
Alvarás de Obras de Construção e Comunicações Prévias	56	43	59
Alvarás de Utilização	50	37	50
Alvarás de Loteamento	0	0	0
Aditamentos	6	7	10
Certidões	179	147	118

Setor de Gestão Urbanística

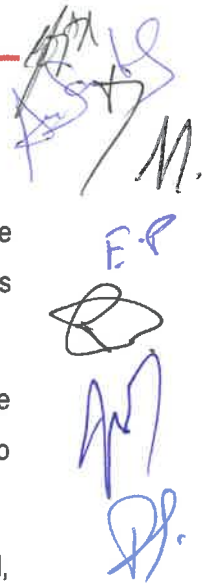
O Setor de Gestão Urbanística é composto por dois técnicos superiores a quem compete a análise processual das pretensões apresentadas e que culminam na emissão de informações técnicas de suporte a despachos e deliberações municipais no âmbito das diversas operações urbanísticas e assuntos relacionados.

Este Setor viu-se, no último trimestre do ano transato, reforçado com um técnico superior na área do Direito, área fundamental de suporte à análise processual, em especial no que se refere a assuntos relacionados com queixas ou similares.

Aos técnicos está também atribuída a função de esclarecimento técnico e processual, estando reservado um dia semanal para o atendimento presencial nesse âmbito. Este pressuposto foi mantido em período de contingência tendo sido reconvertido o atendimento presencial em atendimento telefónico ou por via digital. A este setor e aos seus técnicos compete também a participação em comissões de fiscalização e vistoria, e a pronúncia destes mesmos serviços em pareceres prévios de enquadramento nas Áreas de Reabilitação Urbana.

Durante o ano de 2021 constatou-se um aumento dos processos e requerimentos informados, aproximando o valor global dos números de anos anteriores de referência. Esse aumento verificou-se em praticamente todos os parâmetros, conforme se constata no quadro seguinte:

Obras Particulares		2021	2020	2019
Processos		551	511	577
Requerimentos		1435	1115	1321
Informados		3402	2655	3045
Deferidos	por despacho	521	450	481
	por deliberação	40	54	62
Informações Técnicas	Chefe de Divisão	1227	893	1058
	Técnicos	1622	1258	1432
Pareceres Externos		141	130	170
Ofícios / Notificações		1125	899	871



Setor de Fiscalização

Os funcionários que atualmente compõem este setor, para além das competências da fiscalização e prevenção da legalidade e conformidade das operações urbanísticas, colaboram habitualmente nas ações de fiscalização das feiras e mercados da competência da Divisão de Obras Públicas e Serviços Urbanos.

Tendo sido durante o último quarto do ano de 2020 este Setor foi reforçado com um fiscal do quadro que suspendeu uma situação de mobilidade. Esta “normalização” de recursos permitiu retomar uma distribuição das áreas territoriais do concelho por: Zona Nascente – Zona Central (Urbana) – Zona Poente.

Verificou-se uma retoma dos indicadores pré-pandémicos, por uma retoma da normalidade processual, mas também, obviamente, pelo reforço de pessoal já referido que permitiu uma cobertura mais eficiente do todo o território.

Setor de Desenho, Cartografia e SIG

A partir do segundo semestre de 2021, o Setor de SIG foi reativado com a inserção de dois técnicos estagiários. Com isso foi possível assegurar grande parte das ações que competem a esta subestrutura de apoio fundamental ao Planeamento e Gestão Urbanística.

Para além disso, esse apoio técnico permitiu que se iniciasse o processo de elaboração de cartografia digital atualizada de suporte ao desenvolvimento da revisão ao plano diretor municipal, com o consequente processo de homologação que se encontra em curso junto da Direção Geral do Território.

De uma forma geral a atividade do gabinete de SIG centrou-se essencialmente na área de identificação cadastral, atualização e sistematização cartográfica, na recolha e tratamento de informação de apoio à gestão de todas as infraestruturas e na identificação das diversas operações urbanísticas.

Também as questões relacionadas com a toponímia municipal foram asseguradas por este gabinete, seja na atribuição de números de polícia em resposta aos pedidos, seja no apoio às juntas de freguesia em processos de elaboração toponímica e numeração.

Resumem-se as seguintes atividades:

- Georreferenciação de processos urbanísticos, com a consequente organização e arquivo;
- Georreferenciação de processos urbanísticos, com apoio à análise técnica e verificação da correta georreferenciação da planta de implantação;
- Resposta a requerimentos diversos relativos a numeração de polícia, toponímia, confrontações e convergência de moradas;
- Apoio técnico ao Setor de Fiscalização, com consulta de informação cadastral, identificação de artigos rústicos e urbanos, impressão de cadernetas prediais e impressão de plantas de localização.

Este setor colaborou ainda com outras entidades públicas e estruturas orgânicas deste município, nas seguintes tarefas principais:

- Georreferenciação da localização dos novos ecopontos – DOPSU / ADIN;
- Georreferenciação dos circuitos de varredura manual, por funcionário e por periodicidade - DOPSU;
- ERSAR – atualização do sistema de redes e infraestruturas e outras tarefas.

Gabinete de estudos e planeamento

O reforço já referido anteriormente de dois técnicos na área da Geografia, permitiu libertar os técnicos que tradicionalmente constituem o Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP) de tarefas acessórias, podendo concentrar-se mais na suas naturais competências e atribuições.

Durante o ano de 2021 o GEP concentrou a sua atividade no desenvolvimento de estudos e projetos-base, no apoio à área de planeamento urbano, na área do paisagismo, e no apoio técnico a obras em curso.

Resultante de um protocolo estabelecido entre a Agência Portuguesa do Ambiente – Administração Regional Hidrográfica do Norte (APA – ARH Norte) e o Município do Peso da Régua, o GEP, através de dois dos seus técnicos – o Arquiteto Paisagística e o Desenhador – assumem as funções de fiscalização às obras de limpeza e reabilitação das margens de linhas de água no rio Douro e adjacentes: rio Corgo, ribeira do Rodo e rio Varosa.

Para além destas competências o GEP continua também a assegurar a análise técnica, emissão de parecer, integrando a comissão municipal de vistorias, nos pedidos de Alojamento Local que carecem de parecer municipal à sua inscrição junto do Turismo de Portugal.

Estudos e Levantamentos

- Muro na Av. Serpa Pinto (Levantamento)
- Muro na Rua Camilo de Araújo Correia (Levantamento)
- Pavilhão António Saraiva (Levantamento)
- Atualização da Base Topográfica do Concelho
- IMI – Classificação de Prédios Devolutos | atendimento
- Ecopista Prolongamento (Estudo)
- Quiosque do Mercado (Estudo)
- Implementação Dos Modos Suaves Na Av. Diocese De Vila Real (Estudo)

Projetos

- Reabilitação do Espaço Público Adjacente ao Bairro Social da Azenha
- Reabilitação do Espaço Público Adjacente ao Bairro Social da Avenida Diocese de Vila Real
- Reabilitação do Espaço Público Adjacente ao Bairro Social da JAE
- Reabilitação do Espaço Público Adjacente ao Cemitério de Godim
- Reabilitação do Espaço Público Adjacente à Casa do Povo de Godim
- Revitalização da Piscina Termal para fins Terapêuticos das Caldas do Moledo



- PARU | alteração

Apoio a outras unidades orgânicas

- Resíduos Sólidos Urbanos/Águas/Saneamento | apoio SiG – DOPSU
- Bairros Sociais IFRU | DDSE
- Milnorte - apoio | DPDEGT
- PEARC - apoio | DPDEGT
- Diversos Projetos - execução e fornecimento de elementos | APA
- Fiscalização Obra | APA
- Avaliação Fitossanitária | secção de espaços verdes - DOPSU
- Diversos Projetos – execução e fornecimento de elementos | PRR

Gabinete Técnico Florestal

A este gabinete, constituído por uma técnica superior, estão atribuídas as tarefas de planeamento, operacionalidade, gestão, controlo e administração, de modo que o combate aos incêndios florestais seja estruturado e eficaz, trabalhando em consonância com o Gabinete de Proteção Civil, divididos pelos seguintes níveis: Planeamento, Operacional e Administrativo.

Tendo sido o ano de 2020 o início de um período de contenção social, uma parte do trabalho que habitualmente vem sendo feito todos os anos, como por exemplo a realização de atividades relacionadas com a Comemoração do Dia Mundial da Árvore, do dia da Proteção Civil ou de todo o trabalho referente às Vespas das Galhas do Castanheiro, entre outros, foi suspenso.

Parte do trabalho foi ainda garantida a sua realização em teletrabalho, tendo sido desta forma dada resposta a todos os municípios e a todas as solicitações.

Planeamento

- Plano Operacional Municipal (POM), aprovado como habitualmente durante o mês de maio;
- Participação nas tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais dos municípios e nas questões de proteção civil, nomeadamente na identificação e resolução das situações neste âmbito;
- Deu-se início a todo o procedimento para a elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) que necessita ser revisto e atualizado durante o ano de 2022;
- Foram realizadas 4 largadas no concelho no âmbito do Programa de Luta Contra a Vespa das Galhas do Castanheiro.

Operacional

- Acompanhamento dos Programas de Ação previstos no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente no que respeita às faixas de gestão de combustível junto das edificações e aglomerados populacionais, que engloba a notificação dos proprietários para execução destas faixas

de gestão de combustível de acordo com a legislação em vigor e posterior fiscalização; inclui ainda o apoio junto da população sobre a legislação em vigor;

- Acompanhamento da execução das faixas de gestão de combustível da rede viária, de responsabilidade municipal, que foram executadas na freguesia de Sedielos e na união de freguesias de Moura Morta e Vinhós, num total de 5,7 hectares;
- Tratamento de toda a informação relativamente aos incêndios florestais e cartografia das áreas ardidas;
- Apoio às entidades públicas e privadas que participam na Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente GNR, Bombeiros, ICNF, entre outros;
- Acompanhamento e divulgação junto da população do Índice de Risco de Incêndio Florestal, com maior incidência no período crítico e aquando do registo das queimas;
- Apoio no sector silvopastoril – Conjuntamente com o ICNF foi-se ao terreno falar com o pastor da freguesia de Sedielos onde ele indicou áreas com interesse para a renovação de pastagem. Foram marcadas as parcelas para serem queimadas no âmbito do mecanismo de apoio à realização de queimadas (MARQ);
- Verificação de todos os pontos de água do concelho no que se refere à sua operacionalidade antes do início da época de incêndios florestais;
- Verificação de todas as denúncias relacionadas com a Defesa da Floresta Contra Incêndios.

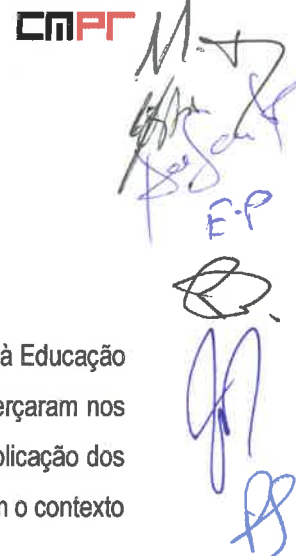
Administrativo

- Emissão de pareceres durante todo o ano no que se refere à realização de queimadas e lançamento de fogo-de-artifício;
- Emissão de pareceres durante todo o ano no que se refere à realização de queimadas e lançamento de fogo-de-artifício;
- Auxílio, quer presencial quer pelo telefone a todos os munícipes na utilização da plataforma para registo de queimas de sobrantes;
- Até ao dia 10 de março do corrente ano foram efetuados e registados cerca de 12 000 pedidos na plataforma;
- Atualização das bases de dados e gestão SIG ao nível da Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Elaboração e submissão da candidatura para o apoio ao funcionamento do gabinete técnico florestal; (candidatura aprovada no montante de 13 979€);
- Auxílio, quer presencial quer pelo telefone a todos os munícipes na utilização da plataforma para registo de queimas de sobrantes - até ao dia 06 de abril foram efetuados e registados 7380 pedidos na plataforma;
- Atualização das bases de dados e gestão SIG ao nível da Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Elaboração e submissão da candidatura para o apoio ao funcionamento do gabinete técnico florestal; (candidatura aprovada no montante de 13 937€).

M. / [Handwritten signature]
[Handwritten signature]
E.P
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

DDSE

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EQUIPAMENTOS



Divisão de Desenvolvimento Social e Equipamentos

Educação

As bases comuns às diferentes propostas apresentadas no Plano e Orçamento 2021, no que à Educação diz respeito, são, agora, objeto de reflexão no Relatório de Gestão, as quais sempre se alicerçaram nos seguintes aspetos: a aprendizagem participativa, ativa e em cooperação; a motivação e a implicação dos aprendizes; a globalidade da aprendizagem e a transversalidade dos conteúdos; a relação com o contexto social promovendo sempre a equidade e a inclusão de todos.

Trabalhámos com o intuito de desenvolver nos nossos alunos habilidades, capacidades e competências, através das inúmeras propostas desenvolvidas, tendo por principal objetivo que cada aluno fosse capaz de responder à pergunta «o que é que posso fazer com aquilo que sei?»

As propostas desenvolvidas, assentes nos pilares família, escola e comunidade, destacaram-se pelo seu carácter multidisciplinar no combate ao insucesso escolar, num quadro de aquisição e melhoria de competências em diferentes áreas, diversificando, assim, as práticas de ensino, e de valorização da igualdade de oportunidades no acesso à educação, sendo encorajado o envolvimento dos vários agentes educativos e de entidades com intervenção no setor social e da saúde. A multidisciplinariedade assume-se, assim, imprescindível para a execução das medidas a que nos propusemos e, conseqüentemente, para alcançar os resultados pretendidos, favorecendo a colaboração, a planificação, a comunicação, bem como a tomada de decisões.

O sucesso resultou de uma ação concertada com as várias entidades parceiras, com o intuito de fomentar a cooperação entre todos os agentes envolvidos na promoção do sucesso escolar.

Acreditamos que os alunos retêm maior quantidade de informação quando estão comprometidos com projetos estimulantes em que se faz uso de habilidades mentais de ordem superior em vez de memorizar dados em contextos isolados e sem conexão.

No que concerne à Educação e Formação no ano de 2021, continuámos a desenvolver o nosso trabalho ainda com algumas restrições devido à Covid-19, no entanto não abdicámos de apoiar a Educação dos alunos do nosso concelho, nas diversas esferas:

- No Apoio Social Escolar ao nível de todos os alunos, do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, oriundos das freguesias rurais, assumindo o transporte e a gratuidade das refeições escolares;
- Na entrega dos livros de fichas/cadernos de atividades das diversas áreas curriculares, pelo sexto ano consecutivo, a todos os alunos que frequentam o 1.º ciclo do ensino básico, num total de 417 alunos abrangidos por esta medida, perfazendo um total de 15 488,59 €;

- Na compartição a 100% do passe escolar para todos os alunos do 2º, 3º ciclos e ensino secundário oriundos do concelho;
- Na atribuição de 58 bolsas de estudo a alunos reguenses a frequentar o ensino superior, no valor de 750,00€/cada, num total de 43 500,00€;
- Na promoção do Concurso de Leitura, nos dois Centros Escolares, pelo Município do Peso da Régua, através da Equipa Multidisciplinar do PIICIE e a Biblioteca Escolar do AEJAC, com a aquisição de 574 livros, e respetivos prémios, no valor de 2 530,00€;
- No recurso ao E@D, nesse sentido o Município disponibilizou, a título de empréstimo, 130 computadores aos alunos, detentores de escalão A e B, identificados pelo Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia;
- Nas Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) no pré-escolar que decorreram quer no período das pausas letivas e, diariamente no prolongamento do horário, com o recurso a técnicos especializados do Município, assim como as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) para os alunos do 1.º ciclo. A Câmara Municipal, entidade promotora, desenvolveu, ainda, atividades de carácter lúdico-pedagógicas em parceria com o Agrupamento de Escolas e com os técnicos afetos ao PIICIE. Destaca-se que no início do ano letivo 2021/2022, o PIICIE integrou uma nova estratégia dirigida aos alunos que frequentam as atividades diárias nos centros escolares, apostando na prática do xadrez numa aposta para o sucesso educativo, contribuindo para o desenvolvimento de competências importantes, permitindo trabalhar o raciocínio lógico e analítico, a concentração, a atenção, a memória e a capacidade de decisão;
- Nas atividades do “meu primeiro laboratório”, desenvolvidas nos dois Centros Escolares, as quais foram alargadas à E.B 2,3 com a criação do Clube das Ciências e às IPSS do concelho com valência de ensino pré-escolar numa perspetiva de promover as mesmas condições no acesso à educação para todos;
- Estabeleceu-se, ainda, uma parceria entre o Município, nas valências da Educação e do Ambiente com as Águas do Norte, que dinamizaram uma oficina experimental de Educação Ambiental “Planeta H2O”, para os alunos do 4.º ano de escolaridade, alertando para a importância da sustentabilidade do meio ambiente e o valor inerente ao bem essencial que é a água. Esta parceria manter-se-á em 2022 com a dinamização de inúmeras atividades;
- No âmbito da parentalidade positiva o PIICIE do Peso da Régua organizou um Webinar, intitulado “Recomendações Básicas para o E@D em tempos de pandemia”, em parceria com Universidade Aberta, através do Centro Local de Aprendizagem de Peso da Régua, bem como a realização do ciclo de “Conversas às Quartas”;
- No estabelecimento de parcerias com o programa Contrato Local de Desenvolvimento Social - CLDS-4G desenvolveram-se várias ações de Informação e/ou Sensibilização, dirigidas aos alunos, famílias, encarregados de educação e comunidade em geral, entre as quais: “Poupar em Família”; “Violência Online:

Cyberbullying”; “Comer bem e mais barato”; “Nutrição no Desporto”; “Peddy-Paper em Família” e “Marmitas Saudáveis”;

- O trabalho desenvolvido pela autarquia, colaborativamente com todos os parceiros, assegurou uma maior eficácia na promoção do sucesso escolar e na equidade de acesso aos benefícios da educação, nesta ótica realizaram-se Ações de Capacitação, com oradores externos como na Ação “Autonomia, Flexibilidade, Curricular e Avaliação: Desafios e Possibilidades”, assim como outras com recurso aos técnicos que constituem a Equipa Multidisciplinar do PIICIE como a do Projeto de Educação Alimentar “O meu lanche tem superpoderes”, dirigida aos alunos do 1.º ano, a elaboração do livro de receitas Mini-chefes destinado aos alunos do EPE e 1º CEB do AEJAC, que resultou numa compilação de 15 receitas simples e práticas, com o intuito de promover a confeção de pratos saudáveis com a inclusão das crianças na preparação dos mesmos, fomentando o fortalecimento da sua relação com os alimentos e a criação de memórias afetivas em contexto familiar, reforçando os vínculos intergeracionais, a sensibilização para a “Problemática do desperdício alimentar”, direcionada para os alunos do 2.º e 3.º ciclos, a ação “Estilos Comunicacionais na Escola”, dirigida aos Assistentes Operacionais do AEJAC e das IPSS;
- O Centro Desportivo Municipal abriu portas novamente em setembro, funcionando de forma presencial, inscreveram-se 136 alunos do 1.º ao 4.º ano de escolaridade;
- A parceria entre o PIICIE e a Associação Comercial e Industrial (ACIR), despoletou o envolvimento dos alunos do Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia e dos alunos que frequentam as IPSS do concelho, no projeto, “Natal com Arte”, tendo por objetivo promover o comércio local reguense recorrendo à dinamização e decoração das suas montras no período do Natal;
- Em articulação com o CLDS-4G, o Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia, a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo e a ACIR, realizou-se o “Concurso Municipal de Ideias de Negócio” dirigido a alunos e população em geral, por forma a estimular e despoletar as capacidades empreendedoras dos jovens do concelho;
- O trabalho com a Universidade Sénior do Rotary do Peso da Régua no seu papel de valorização da população e do envelhecimento ativo, não teve desenvolvimento em virtude de a mesma ter fechado portas a partir do momento em que a situação pandémica se agravou.

Associativismo

No ano de 2021, integraram a nossa base de dados um total de 58 associações, nas suas diferentes vertentes, distribuídas por todas as freguesias e uniões de freguesias do concelho de Peso da Régua.

No âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo em vigor, neste Município, desde 2007, a Câmara Municipal continuou a disponibilizar materiais, equipamentos, cedência de instalações e apoios financeiros, através da atribuição de subsídios às inúmeras associações concelhias.

Além dos apoios previstos, a Câmara Municipal, reconhecendo a necessidade de efetuar um ajustamento

M. [Handwritten signature]
[Handwritten signature]
E.P.
[Handwritten signature]

no tarifário da água e saneamento, no que concerne às Instituições de Solidariedade Social concelhias, decidiu atribuir um subsídio extraordinário, resultando num valor total de 48 862,49€.

Posto isto, no total, as atribuições monetárias de subsídios, com o subsídio extraordinário supra identificado, bem como a cedência de instalações, equipamentos e transporte, a Câmara Municipal atribuiu o valor de 1 402 430,99€. Não obstante o aumento verificado, quando comparado com o ano transato, podemos constatar que, ainda, não foram atingidos os valores dos outros anos, facto este diretamente associado ao período pandémico.

Quanto aos valores transferidos às associações no ano de 2021, estes traduzem-se no valor total de 897 496,99€, onde se encontram incluídos os apoios às IPSS'S e aos Bombeiros Voluntários.

Relativamente aos apoios inerentes à cedência de instalações desportivas, estes traduzem-se num valor total de 108 458,00€ sendo que os custos referentes ao Estádio Municipal Artur Vasques são de 66 610,00€, ao Pavilhão Multiusos António Saraiva totalizam 17 578,50€ e ao Campo Dr. Rui Machado 24 270,00€. Aqui, e comparativamente ao ano transato, verificamos um aumento de aproximadamente 60% devendo-se ao facto de as restrições para a prática desportiva, definidas na altura da pandemia, terem sido reduzidas, o que permitiu aos clubes e associações voltarem à prática normal das suas atividades.

Relativamente aos apoios referentes aos transportes foram contabilizados um total de 133 pedidos de transporte, aos quais demos resposta, refletindo-se no valor de 53 438,00€ que, comparativamente ao ano transato, apresenta um acréscimo de aproximadamente 27%.

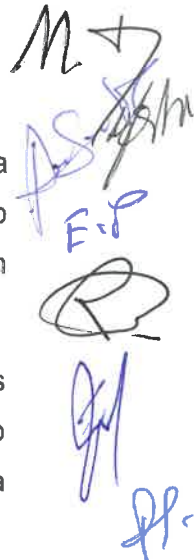
Desde 2014 que apoiamos as associações com a cedência de espaços, nos quais podem ter a sua sede com as condições físicas necessárias para o desenvolvimento das suas atividades, sendo que em 2021 este apoio traduziu-se no valor de 343 038,00€, distribuído por 33 associações.

Campanha de apoio à esterilização de cães e gatos de companhia e campanha de apoio à identificação eletrónica e registo de animais de companhia.

A Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, estabeleceu, no n.º 3 do artigo 2.º, como tarefa dos organismos da administração central do Estado, em colaboração com as autarquias locais, o movimento associativo e as organizações não-governamentais, a promoção de campanhas de esterilização de animais errantes, como forma privilegiada de controlo da sua população, com o objetivo de assegurar a eliminação do recurso ao abate para o efeito.

Na esteira do que é preconizado na lei e vem sendo prática de anos anteriores, o XXII Governo Constitucional, empenhado em garantir os resultados obtidos neste âmbito, previu em Orçamento do Estado a promoção de uma campanha nacional de esterilizações de cães e gatos, em cooperação com os municípios ou com as entidades gestoras de CRO Intermunicipais e os organismos da administração direta do Estado envolvidos nesta área, conforme previsto no n.º do artigo 8.º da Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, estabelecendo um apoio para a realização de intervenções de esterilizações de cães e gatos de

M. Vasques
Aer
EP
R
JP.



companhia no valor de 1 000.000,00 €.

Paralelamente, estas medidas são acompanhadas por uma campanha de identificação e registo, destinada a promover a detenção responsável dos animais de companhia e a contrariar o abandono, salvaguardando o bem-estar animal, bem como a saúde e a segurança das pessoas, disponibilizando para o efeito, em Orçamento do Estado, a verba de 100 000,00 €.

Em virtude da reorganização dos serviços em matéria de bem-estar dos animais de companhia, previstos pelos D.L. n.º 54/2021, de 25 de junho, e n.º 46/2021, de 11 de junho, compete agora ao Conselho Diretivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas I.P. determinar os termos dos incentivos e a sua gestão.

O apoio do Município revestiu a forma de apoio financeiro, sendo que, tal como o ICNF I.P., o Município estabeleceu quantias fixas ao tipo de animal.

Em suma, no ano de 2021 e ao abrigo da campanha de esterilização, foram esterilizados no total 359 animais o que se traduz no valor total de 22 630,00€, tendo o município assegurado o pagamento junto das clínicas veterinárias o valor de 11 315,00€ e relativamente à campanha de identificação foram colocados 284 chips, resultando no valor total de 2 556,00€, tendo o Município suportado metade deste valor, ou seja, 1 278,00€.

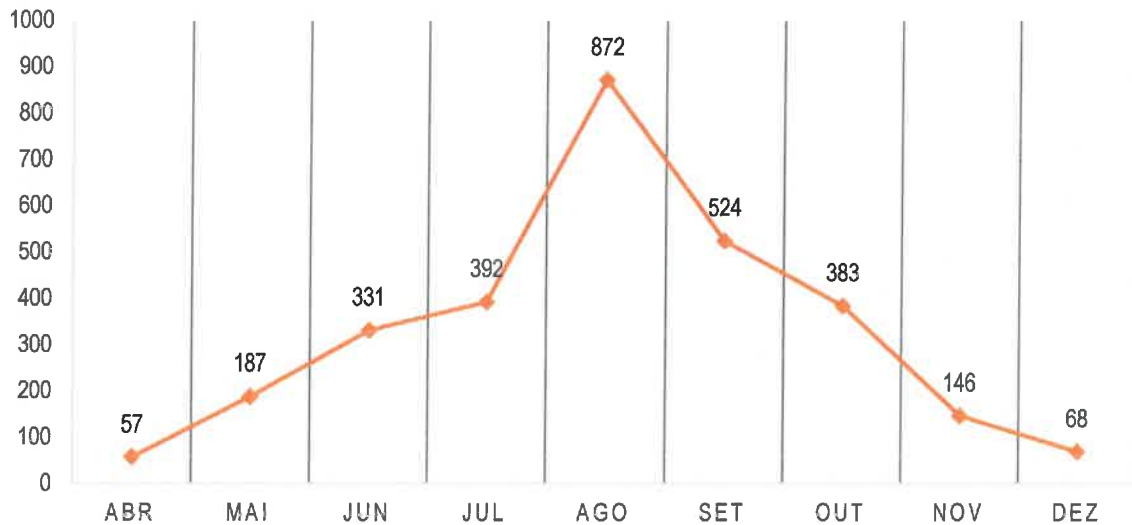
Loja Interativa de Turismo

Ainda em plena pandemia, o ano de 2021 continuou marcado pela ausência dos grandes eventos no concelho, os quais sempre alavancaram e motivaram a procura do concelho e da região. O fecho da LIT até 05 de abril, por imposição governamental, assim como as diferentes vagas da pandemia, conduziram a uma clara redução da procura da LIT, como se apresentará em seguida.

Não obstante a redução dos atendimentos, e apesar do encerramento ao público durante 3 meses, as colaboradoras da LIT mantiveram-se em funções, tendo sido, inclusive, recrutadas para apoio ao serviço no centro de vacinação.

Foi também rentabilizado o tempo de fecho ao público com a capacitação destes recursos humanos, através de formações do Turismo de Portugal nomeadamente em: Ferramentas Informáticas Aplicadas ao Turismo - Upgrade Digital, O Virtual é o Novo Real, Customer Relationship Management: KPI's, Atendimento ao cliente no processo de vendas, Inteligência Emocional nas organizações e Clean & Safe-Equipamentos Culturais, Bibliotecas e Postos de Turismo.

Como referido anteriormente, desde que o registo é elaborado pelo Município nos moldes que apresentamos, a procura da LIT caiu de uma forma expressiva de 10280 atendimentos em 2020 para 2960 atendimentos em 2021, sendo que agosto sem mantém como o mês de maior procura.



M
EP
[Handwritten signatures]

Gráfico 1 – Distribuição da procura da LIT - Nº de atendimentos por mês

A procura na LIT foi claramente sustentada pela procura nacional, apresentando todas as outras nacionalidades uma procura pouco expressiva, cremos que ainda consequência das restrições aéreas e fronteiriças colocadas para combate à propagação da pandemia.

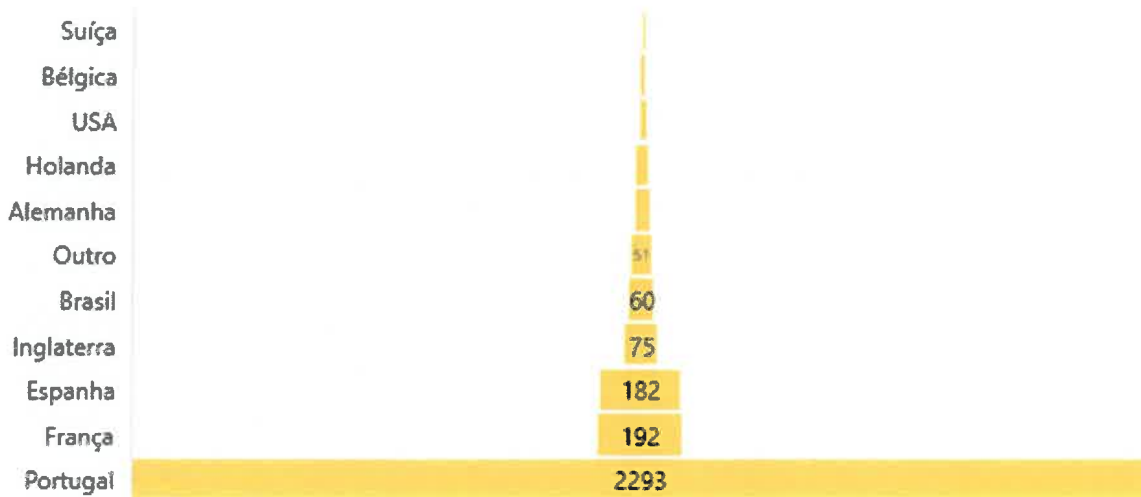


Gráfico 2 – Distribuição da procura da LIT por nacionalidades

A maior motivação dos turistas prendeu-se com a realização da Rota da N2, seguida por questões de carácter geral sobre o concelho e sobre a região no sentido de o turista aprender e conhecer mais um pouco sobre o nosso território. Note-se o decréscimo na procura por informações e carimbo dos Caminhos de Santiago, que pode ter a razão nos constrangimentos de circulação que neste caso específico é feito a pé provocando uma maior interação humana e, conseqüentemente, maior risco de contágio pela Covid 19.

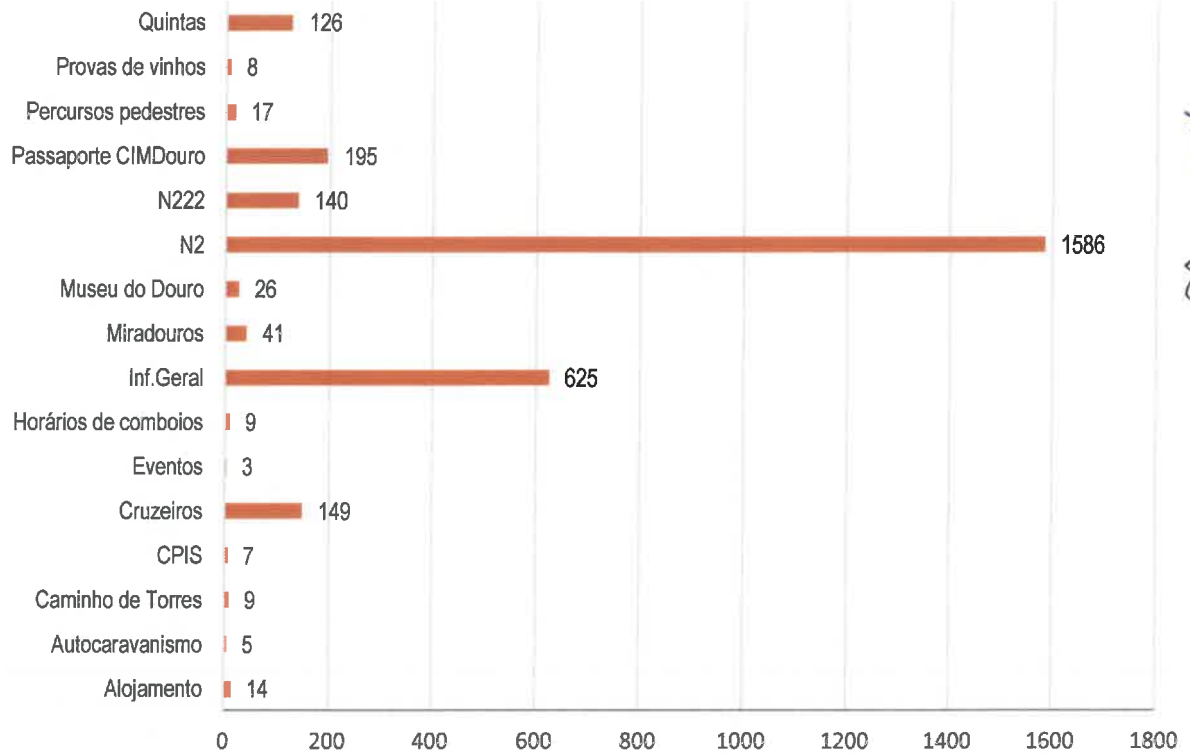


Gráfico 3 – Procura da LIT por motivação – N° de atendimentos

No registo dos visitantes por género e por idades (Gráfico 4), verificou-se um grande equilíbrio por parte dos dois géneros considerados e, tanto num género como o grupo entre os 31 e os 50 anos têm uma procura com relativa semelhança.

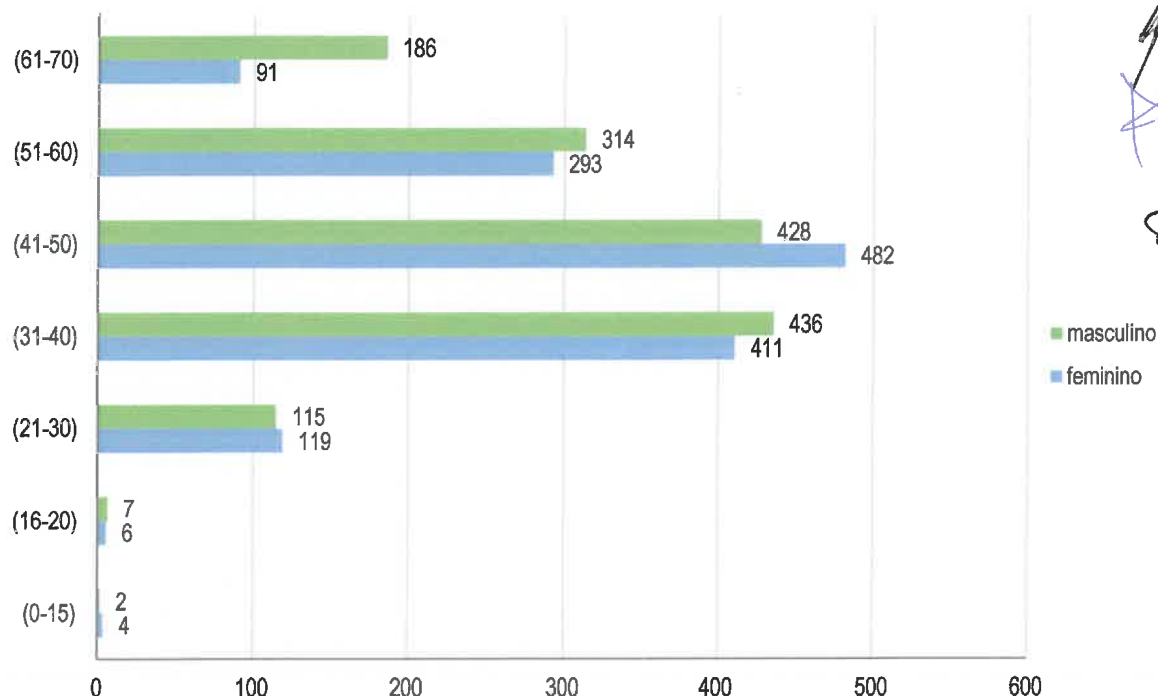


Gráfico 4 – Procura da LIT – Nº de atendimentos por género e faixa etária

Auditório Municipal do Peso da Régua

Em 2021, após a paragem forçada a que fomos sujeitos pela pandemia Covid-19, o Auditório Municipal do Peso da Régua, retomou a programação em maio das sessões de cinema. No período compreendido entre maio e dezembro promovemos 68 sessões. De notar, a redução drástica do número de espetadores na sala que, julgamos estar diretamente relacionada com a insegurança trazida pela pandemia. As 68 sessões correspondem a 2022 espetadores.

A pandemia exigiu a capacidade de nos adaptarmos às exigências impostas, sobretudo, em matéria de saúde pública. Neste contexto, promovemos durante os meses de junho e julho, a iniciativa TARDES NO PARQUE que, como o próprio nome indica, decorreram ao ar livre. As TARDES NO PARQUE, realizadas ao sábado, na Alameda dos Capitães, cruzaram ações em áreas complementares como a música, o teatro, atividades físicas e workshops. Os protagonistas foram as associações culturais do concelho, bem como outros artistas que a nível individual, deram o melhor de si à cultura, ao AUDIR e às pessoas que os aplaudiram. Foram nove fins-de-semana que juntaram cerca de 600 pessoas.

O AUDIR foi palco de múltiplas atividades promovidas no âmbito do FESTIVAL ENTRE CIDADES. Música, poesia, teatro, spoken word e performances trouxeram centenas de pessoas ao palco exterior e à Alameda dos Capitães.

Na linha deste trabalho, recebemos o festival DOURO ROCK que, em virtude da pandemia teve um formato 2.0, materializado no exterior do AUDIR, tendo este equipamento cultural servido de background a toda a dinâmica do festival. Foi uma experiência enriquecedora, de muita partilha e aprendizagem. Milhares de

peessoas passaram por aqui.

O auditório exterior foi ainda palco da cerimónia de condecoração municipal, a qual juntou cerca de 500 espetadores, numa homenagem às pessoas que entre fevereiro e agosto prestaram serviço no Centro de Vacinação do Peso da Régua.

Em setembro, o Auditório Municipal do Peso da Régua retomou a programação de palco, vocacionada para diferentes públicos. No período compreendido entre setembro e dezembro, apresentamos 18 espetáculos de palco, aos quais correspondem 2954 espetadores.

Não baixamos os braços e, por isso, entre fevereiro e abril, demos apoio ao Tribunal Judicial do Peso da Régua, cujas salas de audiência estavam em obras, tendo, em virtude disso, transferido as audiências para o pequeno auditório do AUDIR. Este espaço tem sido rentabilizado ao máximo, com a realização de reuniões, ações de formação, conferências, apresentação de obras literárias. Entre outubro e dezembro, registamos cerca de 1000 pessoas nas diferentes iniciativas levadas a cabo.

Esta polivalência alargou-se ao grande auditório que passou a receber as sessões ordinárias da Assembleia Municipal do Peso da Régua, bem como cerimónias promovidas pelo Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia, Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo e CLDS 4G.

Cerca de 100 pessoas visitaram as duas exposições que estiveram patentes na Galeria de Artes.

Biblioteca Municipal do Peso da Régua

Ainda que bastante condicionado pela pandemia do COVID-19, o ano de 2021 é uma referência na forma como o funcionamento das bibliotecas, e equipamentos similares, tiveram de se adaptar para continuar a prestar um serviço público.

A par da evolução pandémica, também o reajustamento das condições e a prestação de serviços educativos e culturais por parte da Biblioteca Municipal do Peso da Régua foi realizado, tendo sempre presente o equilíbrio entre a garantia de condições de segurança para funcionários/utentes e a oferta de serviços. Não obstante estas limitações, o ano de 2021 fica marcado pela alteração de resultados obtidos no ano anterior, com registos muito positivos e significativos, que desejamos manter em 2022.

Ao nível do funcionamento, a Biblioteca Municipal do Peso da Régua teve um aumento de seis vezes (cerca de 290%) no que diz respeito ao número de pedidos de empréstimo domiciliário, em comparação com o ano de 2020, registando 861 pedidos de empréstimo, o que correspondem 1667 livros/volumes emprestados (em 2020 a relação foi de 297/575). Para o alcance destes resultados, foi decisiva a mudança de paradigma na relação da Biblioteca Municipal com a comunidade, como são exemplo as iniciativas O Melhor é Ler em Casa e Histórias do Meu Baú, em que o Livro passou a ser entregue e dinamizado na casa dos nossos leitores.

O número de visitas da Biblioteca Municipal teve um aumento de 53%, com um registo de 4830, mais 1.673 visitas em relação a 2020, mas, ainda assim, um resultado muito distante do período da pré-pandemia

M. ✓
S. ✓
E-P
M.
P.

(14.380 visitas em 2019). A taxa de ocupação de lugares sentados passou de 3,2% em 2020 para 9,4% em 2021, um aumento progressivo, mas pouco significativo comparativamente com a taxa de 31,7% que se verificou em 2019. O acesso aos equipamentos informáticos contabilizou 486 sessões, um número muito similar ao ano anterior (501), em resultado dos nossos utilizadores fazerem cada vez mais uso de equipamentos pessoais e ainda não ter sido aconselhável a realização de atividades de grupo para o público infantil.

O número de sócios registados na base de dados da Biblioteca Municipal teve um aumento de 2,2%, estando inscritos 2.560.

O fundo bibliográfico existente na Biblioteca Municipal totaliza 24.381 registos, dos quais 74,4% se encontram disponíveis online.

Apesar de fortemente limitados pela situação pandémica, foi possível realizar um conjunto considerável de iniciativas educativas e culturais à comunidade. A realidade, como já referido, levou a que a Biblioteca Municipal fosse ao encontro do seu público-alvo, através das iniciativas O Melhor é Ler em Casa, Histórias do Meu Baú e Empréstimos Interbibliotecas – este último em parceria com a BE/CRE do Agrupamento de Escolas | João de Araújo Correia –, que resultaram em mais serviços disponíveis e no alcance de mais objetivos, ao nível de novos leitores e de diferentes formas de promoção do livro e da leitura.

Outras Iniciativas

Participamos na fase escolar da 14ª edição do Concurso Nacional de Leitura 2021, e realizamos, em parceria com a Rede de Bibliotecas Escolares, a fase municipal deste evento;

Assinalamos os 35 Anos da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, através da realização de uma sessão online pelo Clube de Leitura Café com Livros;

Participamos na Semana da Leitura 2021, com parceiros da Rede de Bibliotecas do Peso da Régua;

Assinalamos o Dia do Livro Português, com a leitura partilhada do conto Elogio do Livro Pequeno, da autoria de João de Araújo Correia, através de um vídeo realizado em parceria com o AUDIR;

Celebramos o Dia do Internacional do Livro Infantil, com a decoração da entrada exterior da Biblioteca Municipal com livros infantis e a oferta de marcadores, lápis e pulseiras alusivos ao dia;

Celebramos o Dia Mundial do Livro e do Direito de Autor, com a iniciativa “Leve um Livro, Receba uma Rosa”.

Participamos no programa In Loco Online de partilha de saberes, com o testemunho do projeto Juntos em Casa – Município do Peso da Régua;

Realizamos as exposições Comboios do Douro em Aquarelas, da autoria de Jorge Dias, e Dioramas, da autoria de Jorge Dias.

M. J.
S. J.
E. J.
P. J.

Gabinete de Ação Social, habitação e espaço solidário

À semelhança de anos transatos, o Município do Peso da Régua foca a sua intervenção na dinamização e implementação no território de iniciativas, programas e projetos de ação social direcionados. Para o efeito, tem implementado um conjunto de políticas sociais com o objetivo de estar mais próximo das suas "gentes", minimizando fatores de risco a que estão expostas.

O Gabinete de Ação Social e Habitação efetiva a sua intervenção de forma presencial e não presencial, através de atendimentos telefónicos, visitas, atendimentos, encaminhamentos, articulação institucional da intervenção a realizar, que se traduzem entre janeiro e dezembro de 2021 nos seguintes números: 988 atendimentos; 556 visitas domiciliárias; 126 reuniões de trabalho/parceria; cerca de 60 encaminhamentos para instituições parceiras.

É de referir que em 2021, o número médio de atendimentos por mês foi de 82, sendo realizado de forma presencial ou telefonicamente, considerando-se na atividade de entrega de cabaz de Natal, que este ano e à semelhança do ano transato, pandemia, não implicou que fossem efetuadas inscrições para a atividade. Procedeu-se à junção da lista do ano anterior com a lista de agregados sinalizados no âmbito da pandemia, que, por motivos extrínsecos, viram a sua situação socioeconómica fragilizada, foram efetuadas cerca de 400 visitas neste âmbito. À exceção do contabilizado no decorrer da entrega de cabazes de Natal foram realizadas cerca de 46 visitas/mês. No seguimento, realizaram-se em média cerca de 10 reuniões/mês com os parceiros, contributo fundamental para a minimização e/ou resolução da problemática exposta em atendimento e/ou em visita domiciliária, sendo necessário o devido encaminhamento de cada situação.

Por sua vez, através do Espaço Solidário, a Câmara Municipal continua a assegurar esta resposta, pelo trabalho voluntário de cidadãos da comunidade, bem como por 1 funcionário inserido em Contrato Emprego Inserção +, em articulação com o IEFP.

Ainda no âmbito do Espaço Solidário, referimos a parceria com o Supermercado Continente, numa ótica de responsabilidade social, que cede, mensalmente, produtos que se encontram a chegar ao fim da validade.

De janeiro a dezembro de 2021, realizaram-se 360 entregas de cabazes alimentares, sendo que cerca de 30 cabazes foram distribuídos mensalmente a famílias carenciadas e a famílias em situação de isolamento profilático. Ao longo de 2021, o Espaço Solidário apoiou uma média de 35 famílias/mês, na procura de bens, nomeadamente vestuário e calçado, 25 famílias foram apoiadas com mobiliário.

No ano marcado pela pandemia COVID-19 e considerando as dificuldades financeiras acrescidas das famílias, no ano letivo 2021/2022 foi realizado um reforço na área da ação social/educação, tendo sido atribuídas 58 bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior que frequentam a licenciatura, no valor de 750 euros a cada aluno, perfazendo um total de 43 500.

Por último, e de forma sumária, referem-se algumas das atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2021

M. 19
AS
EP
PP

no âmbito da intervenção comunitária:

Continuação da participação e apoio prestado pelos técnicos do setor de ação social e habitação à Comissão de Crianças e Jovens em Risco, nomeadamente na realização de atendimentos conjuntos/reuniões, entre outras atividades previstas em regulamento e plano de ação da Comissão;

Participação em reuniões quinzenais e colaboração com o Núcleo Local de Inserção, protocolo entre a SCM e o ISS, na sinalização, agilização e acompanhamento dos utentes com processos de RSI;

Realização de trabalho em parceria com o Gabinete de Inserção Profissional, na sinalização e encaminhamento de casos;

Dinamização do CLAS da Rede Social - no âmbito do trabalho promovido pela Rede Social, tendo sido realizadas 11 reuniões, de periodicidade mensal, com o Núcleo Executivo local (composto por 7 entidades parceiras) e 5 reuniões plenárias com os elementos do Conselho Local de Ação Social (45 entidades parceiras), com o objetivo de colocar em prática estratégias de desenvolvimento social do concelho. Foram ainda realizadas ações de informação online/webinares, cujo tema se prendeu com as áreas de intervenção prioritária para o concelho, nomeadamente com a proteção das crianças e jovens e com a saúde mental na Terceira Idade;

Elaboração do Diagnóstico Social e do Plano de Desenvolvimento Social 2020-2024;

Realização de visitas às IPSS para auscultação dos parceiros e levantamento das necessidades sentidas ao longo da pandemia Covid-19;

Sinalização e encaminhamento de agregados familiares em situação de carência alimentar, para a resposta Cantina Social e entrega de géneros alimentícios, período de pandemia – gabinete crise;

Promoção de parcerias e do trabalho em rede, nomeadamente na identificação de situações de vulnerabilidade social e económica e, encaminhamento para apoios/respostas sociais promovidos pela Segurança Social;

Continuação da dinamização e consolidação da atividade desenvolvida no âmbito da Comissão Municipal de Apoio ao Idoso, tendo ao longo de 2021 efetuado 144 visitas (com reincidência), numa média mensal de 12 visitas. Resulta, ainda, do trabalho desta comissão a construção de relação de proximidade com o ministério público, no sentido de criação de fio condutor de situações limite e que, devem ser devidamente encaminhadas para esta entidade, por inexistência de resposta ou por impedimento do próprio idoso(a). Para o efeito, foram efetuadas reuniões junto desta entidade e, até à data, encaminhadas 2 situações para Tribunal.

Gabinete de Inserção Profissional

O Gabinete de Inserção Profissional (GIP) é um serviço local criado no ano de 2009, com o principal intuito de prestar apoio a jovens e adultos desempregados, na definição ou desenvolvimento do seu percurso de

M.
E.P.
A.P.
S.P.

inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em cooperação com os vários Centros de Emprego a nível nacional. Situado na estrutura central da Câmara Municipal do Peso da Régua, o GIP encontra-se aberto diariamente e disponível para receber todos os munícipes do Concelho, de uma forma individualizada. São várias áreas de atividade do GIP, tais como, formação profissional para jovens e adultos desempregados, apoio à procura ativa de emprego, acompanhamento personalizado dos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional, captação de ofertas de entidades empregadoras, divulgação de ofertas de emprego e colocação de desempregados nas ofertas disponíveis e adequadas, encaminhamento para ofertas de qualificação, controlo de apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego, entre outras atividades consideradas necessárias aos desempregados inscritos nos Centros de Emprego.

O GIP procurou em parceria com as diversas entidades empregadoras do concelho combater o desemprego através do encaminhamento e da inserção profissional de desempregados, promovendo desta forma mais e melhores condições de trabalho e de vida para os munícipes.

No ano de 2021, a Técnica Animadora do GIP realizou 109 novas inscrições.

No período de janeiro a dezembro de 2021, o GIP realizou 7 Sessões Coletivas Informativas de Medidas Apoio ao Emprego, 59 Sessões Individualizadas Informativas de Medidas Apoio ao Emprego, 75 Sessões Individuais de Informação relativas aos Direitos e Deveres dos Desempregados Subsidiados, 93 Ações Individualizadas de Apoio à Procura de Emprego e Desenvolvimento da Atitude Empreendedora, 9 Sessões de Encaminhamento para Ofertas de Emprego e por fim, 7 Sessões de Encaminhamento de Utentes para Formação Profissional, tendo trabalhado um total de 1103 utentes.

No que respeita ao atendimento ao público, são recebidos diariamente no GIP, uma média de 10 a 13 utentes, onde a Técnica Animadora presta apoio aos mesmos na submissão de novos processos de desemprego, procura ativa de emprego, elaboração dos respetivos currículos vitae e cartas de apresentação e informação sobre as diversas medidas de apoio promovidas pelo IEFP, I.P, perfazendo uma média de 230 atendimentos/mês.

Foram registadas 27 novas ofertas de emprego e cerca de 16 utentes desempregados ficaram colocados. Foram encaminhados para entrevistas presenciais, através de sites de procura ativa de emprego e jornais locais, cerca de 802 utentes.

É, igualmente, da competência do GIP, prestar apoio na submissão de candidaturas às diversas Medidas Ativas de Emprego e Medidas de Apoio à Contratação, tendo sido estabelecidas parcerias com 28 Entidades Privadas e Públicas, pertencentes ao Concelho do Peso da Régua, tendo sido submetidas 29 candidaturas e colocados 34 munícipes reguenses. Após o início destas candidaturas, as mesmas Entidades foram também apoiadas no que respeita à gestão dos processos das suas candidaturas, nomeadamente no preenchimento de mapas de assiduidade, listagem de despesas pagas, elaboração de contratos, pedidos de reembolso, pedidos de encerramento de projetos, entre outras questões, em

M. /
E.P.
P.
P.

articulação com os Técnicos do Serviço de Emprego de Vila Real.

Relativamente à formação profissional, o gabinete conseguiu proporcionar o encaminhamento de 75 munícipes para ofertas formativas disponibilizadas pelo Instituto de Formação Profissional de Vila Real, no âmbito de Cursos de Formação Modular, nas áreas de Ação Educativa, Apoio à Família, Geriatria, Cozinha, Inglês, Saúde, Informática e Contabilidade. Uma outra resposta do Gabinete passa pela disponibilização de informação aos munícipes sobre a existência de outras possibilidades a nível formativo, ou pelo encaminhamento formal ou informal, para outras Entidades locais, tais como a ARDAD, Associação de Desenvolvimento da Régua (ADR), Talentus, A2000, Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia e Escola Profissional de Desenvolvimento Rural da Régua.

Tal como no ano de 2020, o GIP manteve as suas parcerias diretas com o projeto CLDS 4G, o Gabinete de Ação Social do Município e o Instituto da Segurança Social de Peso da Régua, de forma a dar uma resposta mais rápida, válida e individualizada a todas as necessidades sentidas ao nível do emprego pelos seus munícipes, orientando-os e encaminhando-os sempre para a oportunidade mais viável, existente em cada momento.

Tendo em conta, a situação pandémica que ainda atravessamos, as dificuldades económicas das empresas do Concelho acentuaram-se, o que levou a que as taxas de desemprego começassem a subir. É precisamente neste sentido que a atuação do GIP se torna indispensável, no sentido de orientar todos os munícipes que enfrentam pela primeira vez uma situação de desemprego, ou todos aqueles que não sendo a primeira situação, necessitam de apoio para rapidamente regressarem à vida ativa. Assim sendo, o GIP em conjunto todos os parceiros locais anteriormente referenciados, tenta o mais possível, responder da forma mais individualizada a todas as carências sentidas pelos munícipes do concelho.

Equipamentos desportivos

É cada vez maior a preocupação dada à prática de atividade física informal dos nossos munícipes. Esta vertente do desporto é responsável pela promoção de um modo de vida ativa e saudável.

Divulgar amplamente as virtualidades do Desporto como fator relevante do desenvolvimento humano, assente em valores e princípios de conveniência, tolerância e colaboração sociais, sublinhando a importância da sua função social.


Criar e disponibilizar condições que estimulem e potenciem o desenvolvimento desportivo.

Mais uma vez, voltamos a ter um ano muito difícil, devido a pandemia. Tornou a condicionar o normal funcionamento das diversas atividades desportivas.

Valores:

Comunicação;

Colaboração;



Transparência;

Responsabilidade;

Confiança;

Espírito de Grupo;

Competência.

Objetivos estratégicos:

Proporcionar espaços e equipamentos específicos para o desenvolvimento de atividades regulares de treino e competição das entidades do associativismo desportivo, para atividades físicas e desportivas de recreação e lazer;

Diversificação das oportunidades de prática;

Maior disponibilização de instalações para uso público e voluntário;

Apostar na melhoria de qualidade das instalações disponibilizadas para a prática desportiva e apoio ao movimento desportivo;

Promover e dar a conhecer as atividades e instalações desportivas do concelho à população em geral;

Continuar a ajudar às IPSS. Muito importante.

Objetivos operacionais:

Criar e disponibilizar condições que estimulem e potenciem o desenvolvimento desportivo;

Reforço do papel individual de cada cidadão na procura de uma vida ativa;

Criar e disponibilizar condições que estimulem e potenciem o desenvolvimento desportivo, colocando-o em patamares de qualidade;

Contribuir para a criação de uma verdadeira cultura de desporto, assente no reconhecimento individual da sua importância e na existência de um clima de colaboração;

Incentivar os nossos idosos na prática de uma atividade desportiva regular e motivadora.

Atividade/eventos desportivos

Lembrar que na sala anexa ao pavilhão, funcionou desde o dia 17 de fevereiro a 15 de Outubro, o Centro de Vacinação Covid 19;

Treinos e jogos referentes aos quadros competitivos das diversas modalidades coletivas (Futsal, Andebol, Voleibol), em todos os escalões etários;

Atividades desportivas da EB 2/3;

Diversos jogos enquadrados no âmbito do Desporto Escolar.

Treinos e jogos de futebol 11, em todos os escalões etário, que decorreram nos nossos Estádios Municipais (Estádio Artur Vasques) e (Campo Dr. Rui Machado/Fontelas).

De referir que os diversos equipamentos desportivos diminuíram muito a sua taxa de ocupação, devido ao surto da pandemia COVID-19, nomeadamente a sala anexa do Pavilhão Multiusos António Saraiva, juntamente com 3 balneários, estiveram em permanente ao serviço do Centro de Vacinação.

M. J. Silva
Abel
Abel
Abel
E-P
R.
M.
P.

Gráfico 5- Ocupação do Pavilhão Municipal

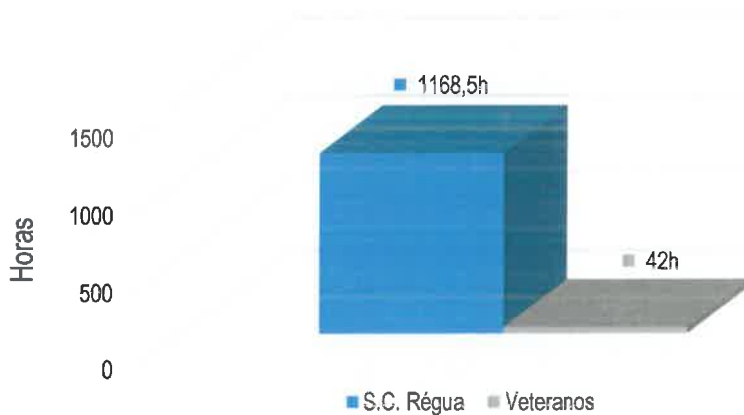
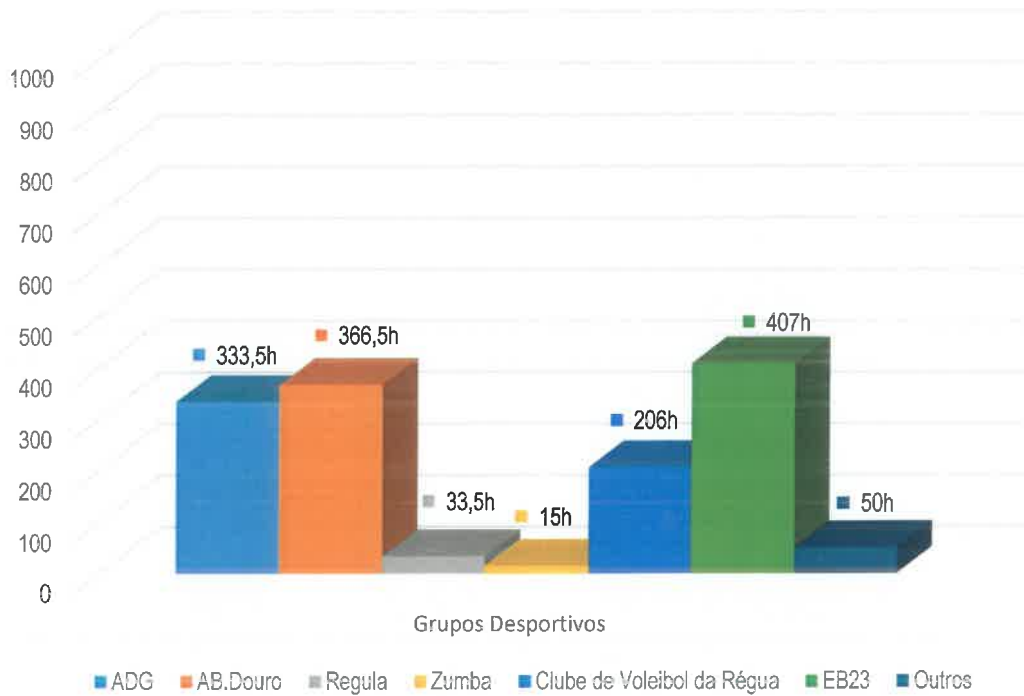
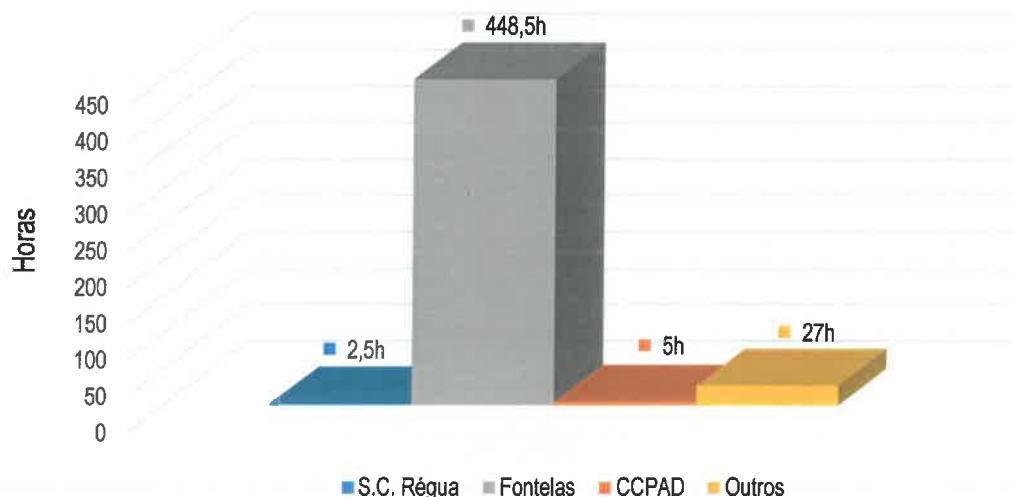


Gráfico 6- Ocupação do Estádio Municipal



M
 AM
 F. O
 P.P.

Gráfico 7- Ocupação do Campo Dr. Rui Machado/Fontelas

Responsável pelas Instalações Desportivas Municipais:

Pavilhão Multiusos António Saraiva;

Estádio Municipal Artur Vasques;

Campo Dr. Rui Machado (Fontelas).

Compete a responsabilidade de articular com os demais serviços a gestão corrente dos referidos espaços desportivos:

Colaborar na logística da organização dos eventos promovidos pelas diversas entidades que utilizam os diferentes espaços desportivos;

Coordenar e supervisionar o centro de vacinação;

Coordenar e supervisionar a prescrição, avaliação, condução e orientação de todos os programas e atividades, no âmbito do funcionamento das instalações desportivas, nos seus utentes;

Coordenar e supervisionar a avaliação da qualidade dos serviços prestados, bem como propor ou implementar medidas, visando a melhoria dessa qualidade;

Estabelecer pontos de entendimento entre os diversos clubes e grupos de utilizadores;

Definir mapas de ocupação em conformidade com o que está estabelecido no regulamento de funcionamento e utilização das referidas instalações desportivas;

Referenciar o número de utilizadores de clubes com carácter Federativo/Associativo;

Referenciar o número de utilizadores/grupos que utilizam as referidas instalações com carácter lúdico;

Cumprir e fazer cumprir os regulamentos dos respetivos espaços desportivos;

Cumprir e fazer cumprir com o máximo rigor possível os Planos de Contingência relacionados com o Covid19;

Coordenar o Centro de Vacinação em funcionamento no Pavilhão (sala anexa) Multiusos António Saraiva;

Elaborar e fazer chegar aos respetivos serviços as fichas de atividade das referidas instalações desportivas.

INSTALAÇÕES	Nº TOTAL DE UTILIZADORES	Nº TOTAL DE HORAS
Pavilhão Municipal	12.459	1.411,5h
Estádio Municipal	18.151	1.210,5h
Campo Dr. Rui Machado	—————	483h
Total	30.610	3.105h

Quadro 1- Número de utilizadores e horas de utilização dos respetivos equipamentos desportivos. | 2021

MÊS	Nº TOTAL DE UTENTE/VACINADOS	Nº TOTAL DE HORAS/OCUPAÇÃO
Fevereiro	1.105	57h
Março	2.317	59,5h
Abril	4.457	76,5h
Maio	6.767	121h
Junho	7.379	113,5h
Julho	7.622	107,5h
Agosto	5.050	104h
Setembro	2.514	84,5h
Outubro	273	18,5h

Quadro 2- Centro de Vacinação do Peso da Régua | COVID-19

Piscinas Municipais

As Piscinas Municipais do Peso da Régua continuam a ser uma instalação de excelência na nossa cidade e na nossa região, sendo procurada de uma forma efetiva e consistente apesar dos tempos ainda serem de pandemia e de grau de confiança das pessoas ainda se estar a restabelecer.

De forma a ir ao encontro das necessidades da população, visando o lazer, desporto e saúde, as Piscinas

M. +
 [Handwritten signature]
 E-P
 [Handwritten signature]

Municipais têm ao dispor dos utentes as seguintes modalidades: Natação para bebés, crianças, adultos e competição; Hidrobike; Hidroginástica; Hidroterapia e aulas de grupo (Dance Kids; Dance; Treino Funcional; G.A.P.; Cardiofit; Localizada; Core, Pilates, Body Jump).

Ainda condicionados no que concerne à lotação em praticamente todas as atividades, 75%, todas as aulas foram mantidas em 2021, sendo que nas classes organizadas o número de utentes foi de 890, registando-se um total de 15 809 entradas. Do número registado de utentes, 70% são do sexo feminino e 30% do masculino.

A prevalência dos utentes que optam pelos nossos serviços são do concelho do Peso da Régua, perfazendo 68%, sendo os restantes 32% de outros concelhos.

Naturalmente, quase todos os eventos/atividades extra que organizamos durante o ano de 2021 foram cancelados, com exceção da realização de um programa de festividades para celebrar o 10º aniversário das Piscinas Municipais, onde participaram cerca de 245 pessoas, um plano de atividades inteiramente gratuito, onde todos puderam vivenciar aulas temáticas, modalidades diferentes e momentos de celebração dos 10 anos de existência das nossas instalações.



Gráfico 8- Número de utentes por idades

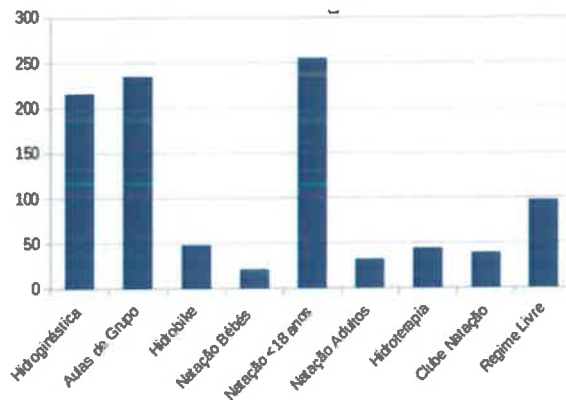


Gráfico 9- Número de utentes por modalidades

M. Santos
A. Santos
E.P.
[Signature]
[Signature]
P.S.

DAF

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Recursos Humanos – Evolução e Caracterização

As necessidades coletivas e a prossecução dos interesses gerais dos munícipes só são possíveis de concretizar através do cumprimento da missão, da estratégia e dos objetivos da autarquia utilizando para tanto os seus recursos humanos.

Os indicadores que passamos a apresentar representam um importante instrumento de análise da realidade social da autarquia, bem como as suas necessidades.

Modalidade de vinculação

O contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado constitui a modalidade de vinculação para mais de 90,6% dos trabalhadores, traduzindo uma preocupação com a estabilidade no emprego, o que contribui para o aumento dos índices de motivação e produtividade.

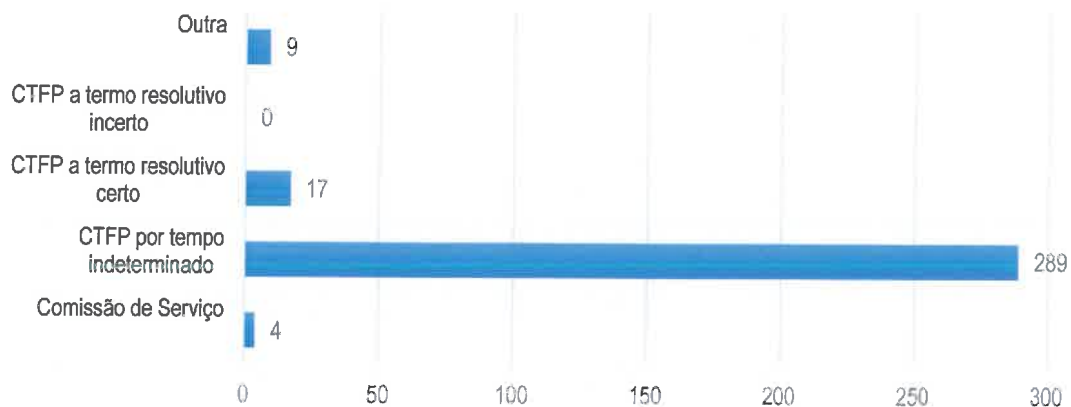


Gráfico 10 – Trabalhadores segundo a relação jurídica de emprego

	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais Assistente Operacional	Outros	Total
Comissão de Serviço	4	0	0	0		4
CTFP por tempo indeterminado	0	32	71	180	6	289
CTFP a termo resolutivo certo	0	14	0	3	0	17
CTFP a termo resolutivo incerto	0	0	0	0	0	0
Outra	0	0	0	9	0	9
Total	4	46	71	192	6	319

M. V.
Assente
E-P
[Handwritten signature]

Distribuição por cargo/carreira e género

O número de trabalhadores em 31 de dezembro de 2021 era de 319, com clara predominância da carreira de assistente operacional. O número de mulheres é ligeiramente superior ao número de homens, sendo que os homens constituem 43,6% dos trabalhadores. De salientar que as mulheres estão em maioria nas carreiras de técnico superior, assistente técnico e assistente operacional. Verifica-se um rácio de 78,8 trabalhadores por dirigente. Mantém-se a média global de efetivos em 2021, comparativamente a 2020.

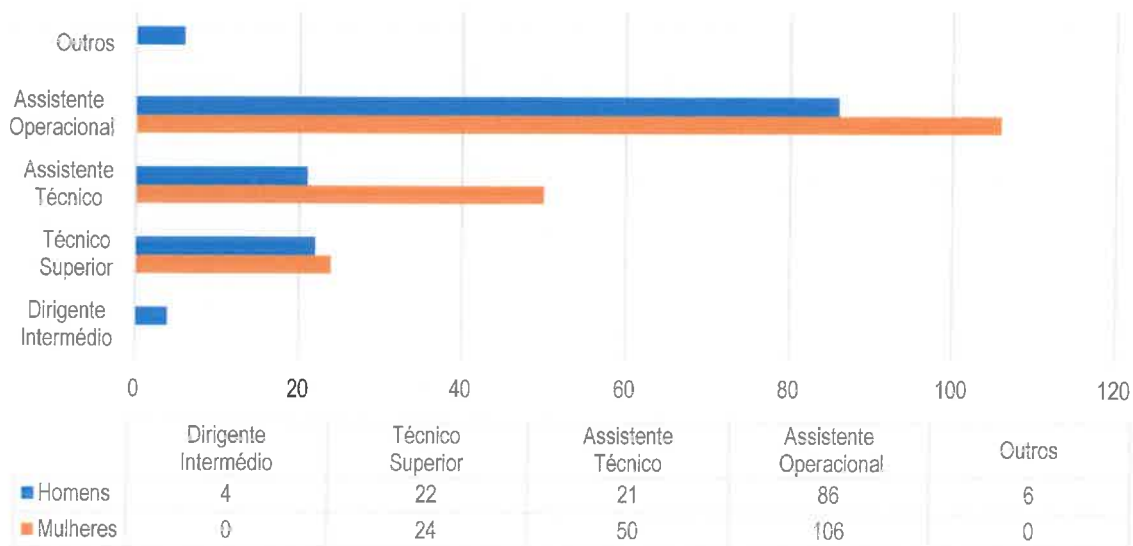


Gráfico 11 – Distribuição por cargo/carreira e género

	Dirigente Intermediário	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros	TOTAL	
2021	H:	4	22	21	86	6	139
	M:	0	24	50	106	0	180
	T:	4	46	71	192	6	319
2020	H:	4	13	22	91	6	136
	M:	0	21	48	106	0	175
	T:	4	34	70	197	6	311
2019	H:	4	21	24	91	1	141
	M:	0	25	39	69	0	133
	T:	4	46	63	160	1	274
2018	H:	4	20	24	95	1	144
	M:	0	22	36	78	0	136
	T:	4	42	60	173	1	280
2017	H:	4	20	25	89	1	139
	M:	0	23	34	78	0	135
	T:	4	43	59	167	1	274
2016	H:	4	18	25	91	2	140
	M:	0	21	35	77	0	133
	T:	4	39	60	168	2	273
2015	H:	4	18	25	93	2	142
	M:	0	20	35	61	0	116
	T:	4	38	60	154	2	258

M.
Al
De Sa
E.P.

Distribuição por escalão etário

Observando a distribuição por escalão etário, verifica-se que 33% dos funcionários têm entre 50 a 59 anos, 26% entre 40 a 49 anos de idade e 13% têm 30 a 39 anos.

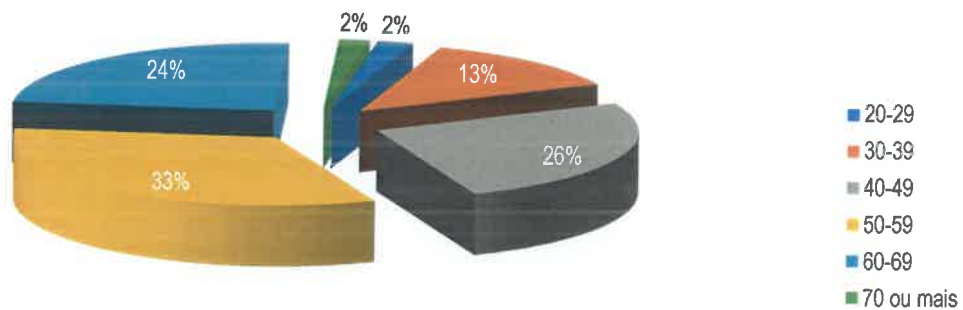


Gráfico 12 – Trabalhadores segundo faixa etária

O escalão etário mais representado é entre os 50-59 anos, sendo que dos 105 funcionários que se situam neste intervalo etário, 58 são mulheres e 47 são homens, representando assim 33% do universo de trabalhadores, como se pode observar no seguinte quadro:

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'EP' and various scribbles.

Escalão Etário	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70 ou +
Homens	0	4	7	11	13	20	28	19	28	8	1
Mulheres	1	2	8	16	26	23	23	35	36	5	5
Total	1	6	15	27	39	43	51	54	64	13	6
	7		42		82		105		77		6

A estrutura etária das diferentes carreiras apresenta-se no gráfico seguinte:

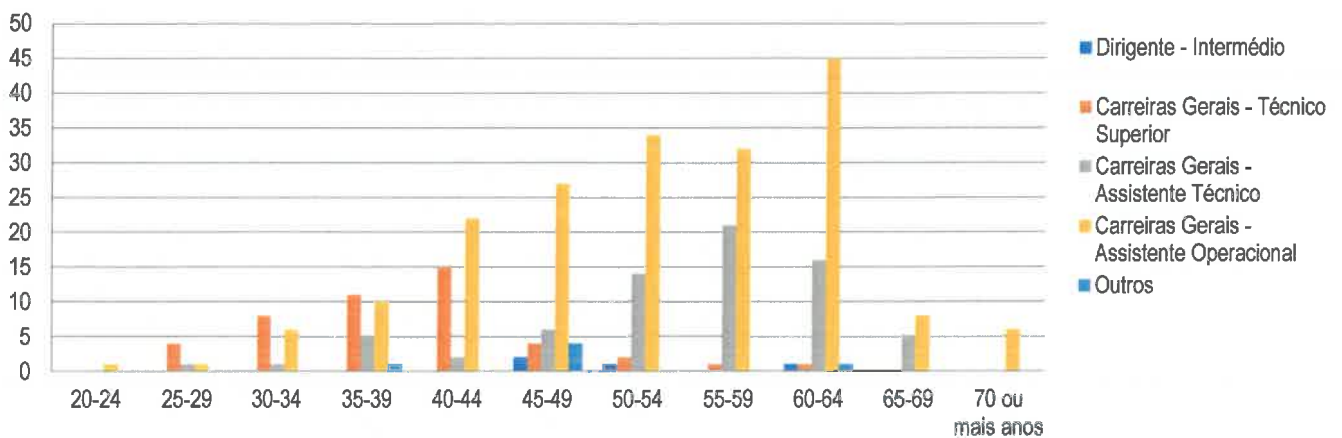


Gráfico 13– Trabalhadores por escalão etário e cargo/categoria

Observa-se que nos escalões mais jovens, inferiores a 35 anos, predomina a carreira de técnico superior, enquanto nos escalões com idades superiores a 40 anos, predomina a de assistente operacional.

Antiguidade

Da análise deste parâmetro verifica-se que mais de metade do total de trabalhadores, exerce as suas funções há mais de 10 anos, o que indicia um sentido de continuidade na prestação do serviço à comunidade.

M. [Handwritten Signature]
 [Handwritten Signature]
 E.P.
 [Handwritten Signature]
 [Handwritten Signature]

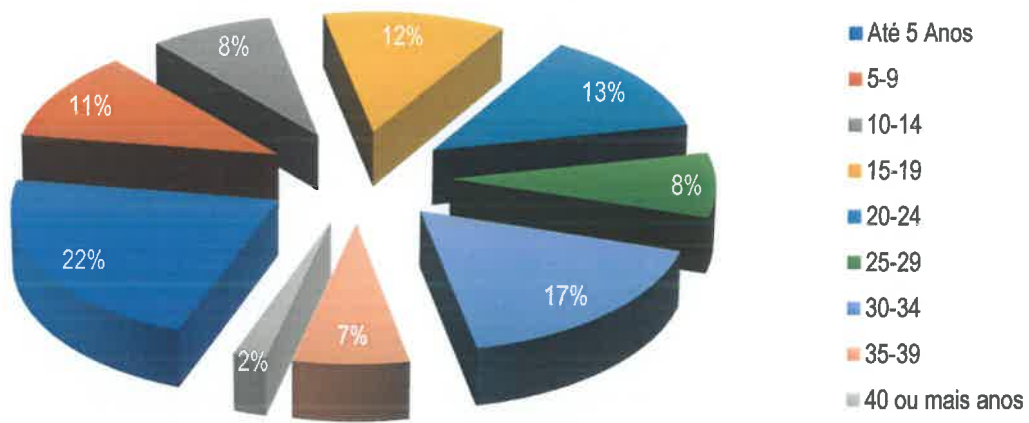


Gráfico 14- Trabalhadores por escalão de antiguidade

Analisando a antiguidade dos trabalhadores de acordo com a carreira/cargo, verifica-se que na carreira de técnico superior, cerca de 24% dos trabalhadores têm uma antiguidade inferior a dez anos; na carreira de assistente operacional, verifica-se um predomínio de trabalhadores com uma antiguidade até 5 anos, perfazendo 40 dos 192 trabalhadores nesta carreira, observando-se depois uma distribuição uniforme entre os 10 e os 39 anos de antiguidade.

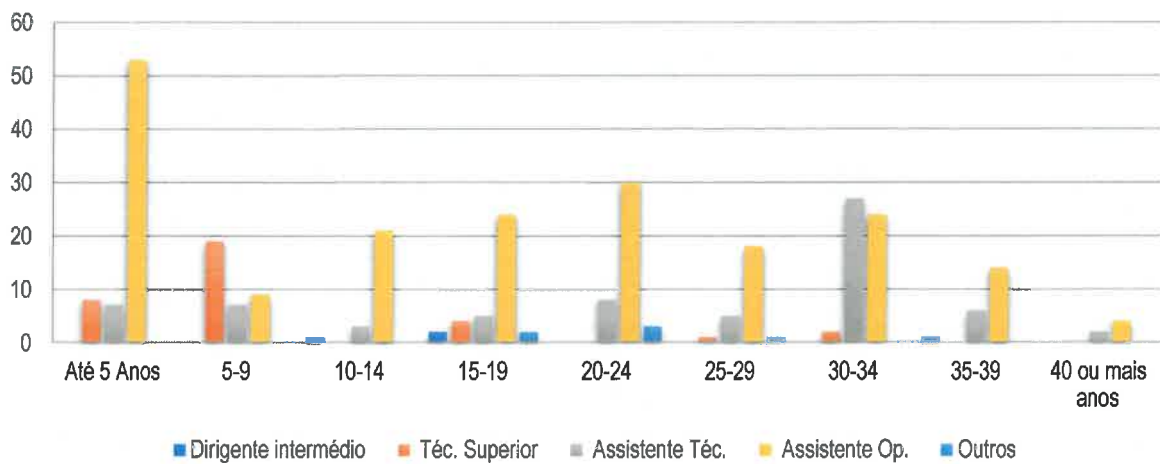


Gráfico 15 – Antiguidade dos trabalhadores de acordo com a carreira/cargo

M. Am
Paulo
E.P.
[Signature]
[Signature]
[Signature]

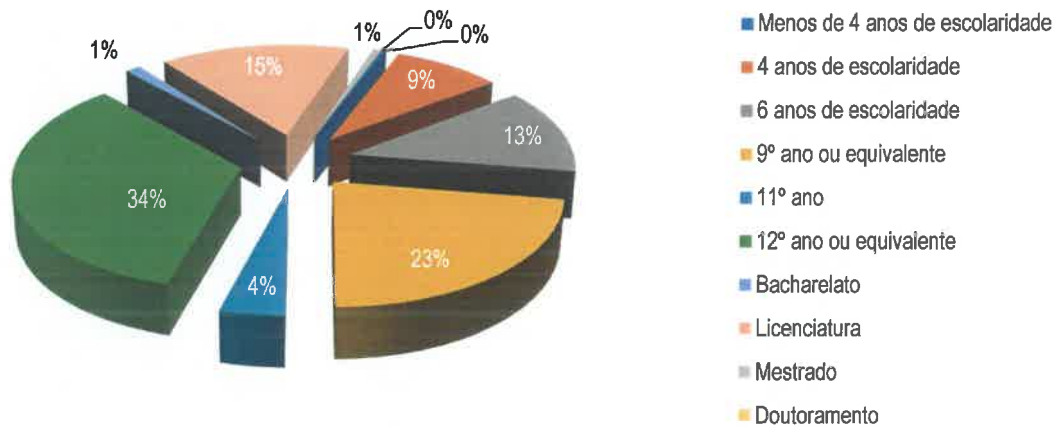


Gráfico 16 – Estrutura habilitacional dos trabalhadores

O Município tem efetuado um enorme esforço no sentido de promover ações de formação, que permitem aos seus trabalhadores uma melhoria efetiva do seu desempenho e da sua formação profissional e valorização pessoal.

Verifica-se que 15% dos trabalhadores possui licenciatura, enquanto 23% possuem o 9º ano ou equivalente, sendo 34% a percentagem de trabalhadores com o 12º ano.

	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais Assistente Operacional	Outros	Total
Menos de 4º ano de escolaridade	0	0	0	1	0	1
4º ano de escolaridade	0	0	0	28	0	28
6º ano de escolaridade	0	0	3	38	0	41
9º ano ou equivalente	0	0	14	57	1	72
11º ano	0	0	7	6	0	13
12º ano ou equivalente	0	0	44	60	5	109
Bacharelato	0	3	1	0	0	4
Licenciatura	4	41	2	2	0	49
Mestrado	0	2	0	0	0	2
Doutoramento	0	0	0	0	0	0
Total	4	46	71	192	6	319

Recursos humanos através do CEI e CEI+

Analisando a celebração de contratos emprego inserção e inserção +, apesar de um ligeiro aumento em 2020, verifica-se agora o retomar de uma tendência decrescente em 2021 em relação aos CEI, já em relação aos CEI+ verificamos a mesma tendência decrescente desde 2018.

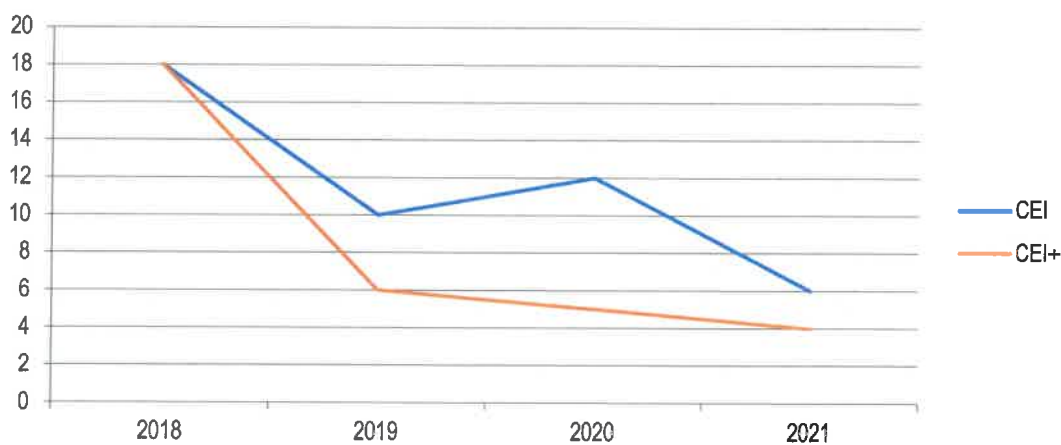


Gráfico 17 – Contratos Emprego Inserção/Contratos emprego Inserção+

Encargos com pessoal

Os encargos com o pessoal ascenderam em 2021 aos 5 850.456,00€, dos quais 67,17% destinaram-se ao pagamento de remunerações base.

	2021
REMUNERAÇÕES BASE	3 929 522,26 €
Suplementos Remuneratórios	198 314,63 €
Trabalho extraordinário (diurno e noturno)	46 019,72 €
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (não incluído em trabalho extraordinário)	113 181,02 €
Trabalho por turnos	
Abono para falhas	5 396,65 €
Ajudas de custo	5 886,48 €
Representação	27 830,76 €
Prestações Sociais	394 672,18 €
Abono de Família	5 781,87 €
Subsídio no âmbito de Proteção da Parentalidade	986,33 €
Subsídio de refeição	330 446,51 €
Subsídio por morte	
Benefícios Sociais	54 125,79 €
Outras prestações sociais	3 331,68 €

III – Reporting Financeiro:

Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão dos Municípios, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados – os documentos previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade autárquica.

Estes documentos facultam informação aos cidadãos sobre a atividade desenvolvida pelo Município no ano económico a que se reportam.

É da competência do órgão executivo a elaboração e a aprovação dos documentos finais, que devem ser submetidos pelo respetivo Presidente à apreciação e votação pelo órgão deliberativo.

No conjunto de mapas e demonstrações financeiras que integram as contas anuais, é projetada a imagem real da situação económica, financeira, patrimonial e de gestão, bem como dos resultados obtidos pelo Município.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e a Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro (destaque Título VI – art.º 62º e seguintes) surgem como os principais impulsionadores da tão esperada reforma da gestão pública.

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

O SNC-AP promove uma nova visão de prestação de contas que integra, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional. O foco está cada vez mais no reporte de informação útil (financeira e não financeira), que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas e nas necessidades sentidas pelos utilizadores. O atual normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pomenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos. Neste capítulo é efetuada uma análise da contabilidade orçamental, financeira e de gestão. Destacamos as divergências

existentes entre os valores referentes a rendimentos e gastos (contabilidade financeira) e de receitas e despesas (contabilidade orçamental) pela natureza distinta dos conceitos aplicados em cada uma. Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

A prestação de contas do ano 2021 é apresentada em conformidade com a Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro e com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, sendo aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município do Peso da Régua.

O presente relatório analisa a execução do orçamento do Município e a sua situação económico-financeira. O exercício financeiro de 2021 exigiu um esforço adicional significativo, no sentido de garantir o exercício das atribuições legalmente cometidas aos órgãos municipais na prossecução dos fins públicos, sendo que, em contexto pandémico, o Município reforçou o apoio social às famílias e empresários, potenciando medidas de alavancagem da economia local, sem descurar, por outro lado, os investimentos aprovados, de realização quer através de capitais próprios, quer aqueles que são objeto de cofinanciamento comunitário e, bem assim, a restantes ações constantes no Plano de Investimentos (PPI).

As contas do Município são auditadas por um Revisor Oficial de Contas.

1 – Processo Orçamental

A NCP26 – Contabilidade e Relato Orçamental, tem em vista regular a contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais de finalidades gerais (individuais, separadas e consolidadas), componentes principais do relato orçamental de uma entidade pública ou de um perímetro de consolidação, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades. Os utilizadores dessas demonstrações orçamentais de finalidades gerais incluem cidadãos em geral, membros do Parlamento e do governo nos seus diferentes níveis, financiadores, fornecedores, órgãos de comunicação social e trabalhadores. Tais demonstrações incluem as que são apresentadas separadamente ou em conjunto com outro documento público.

As demonstrações orçamentais têm por finalidade traduzir uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

O relato orçamental pode também proporcionar aos utilizadores informação que indique:

- a) Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado;



- b) Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.

A seguir se apresenta uma análise à execução da contabilidade orçamental, cujas demonstrações se encontram elencadas no capítulo IV do presente documento, elaboradas nos termos dos modelos exigidos na Instrução 1/2019, do Tribunal de Contas.

1.1 – Execução orçamental

1.1.1 - Resumo do Orçamento – Inicial e Final (corrigido):

A comparação entre o Orçamento Final (corrigido) e o Executado permite aferir da fiabilidade do orçamento apresentado e da capacidade financeira da sua execução em face do volume de receitas efetivamente arrecadado.

Na elaboração dos Documentos Previsionais para 2021, foi aprovado o orçamento de acordo com as previsões iniciais constantes do quadro 1:

RESUMO DO ORÇAMENTO COM OUTRAS RECEITAS E DESPESAS - INICIAL

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	17 037 953,51 €	Correntes	15 499 611,29 €
De capital	8 399 509,83 €	De capital	9 937 952,05 €
Outras receitas a).....	100,00 €	Outras despesas	
Total Geral	25 437 563,34 €	Total Geral	25 437 563,34 €

a) Reposições não abatidas aos pagamentos

Quadro 1 - Resumo do Orçamento com outras receitas e despesas - Inicial

Durante a execução orçamental, vieram a ser produzidas as adequadas e legais alterações orçamentais resultando o seguinte orçamento corrigido, de acordo com quadro 2:

RESUMO DO ORÇAMENTO COM OUTRAS RECEITAS E DESPESAS - CORRIGIDO

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	15 363 925,66 €	Correntes	13 898 889,64 €
De capital	7 326 216,17 €	De capital	8 864 658,39 €
Outras receitas a).....	73 406,20 €	Outras despesas	
Total Geral	22 763 548,03 €	Total Geral	22 763 548,03 €

a) Reposições não abatidas aos pagamentos + saldo de gerência

Quadro 2 - Resumo do Orçamento com outras receitas e despesas - Corrigido

Comparando os valores previstos no Orçamento Corrigido com os montantes já executados na Receita e na Despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, vertidas no quadro 3. Estes indicadores traduzem assim, a capacidade de realização das receitas e das despesas programadas, dado que a taxa referente às despesas é calculada com base nos valores efetivamente pagos e da receita efetivamente cobrada (execução financeira).

Natureza	orçamento 2021		execução líquida (c)	desvio	tx de execução %
	inicial a)	final b)		(b)- (c)	
Receitas	25 437 563,34 €	22 763 548,03 €	18 182 054,05 €	4 581 493,98 €	79,87%
Correntes	17 037 953,51 €	15 363 925,66 €	13 840 214,71 €	1 523 710,95 €	90,08%
Capital	8 399 509,83 €	7 326 216,17 €	4 265 791,10 €	3 060 425,07 €	58,23%
outras (d)	100,00 €	73 406,20 €	76 048,24 €	-2 642,04 €	103,60%
Despesas	25 437 563,34 €	22 763 548,03 €	18 101 253,19 €	4 662 294,84 €	79,52%
Correntes	15 499 611,29 €	13 898 889,64 €	11 931 634,42 €	1 967 255,22 €	85,85%
Capital	9 937 952,05 €	8 864 658,39 €	6 169 618,77 €	2 695 039,62 €	69,60%

Quadro 3 - Execução da Receita e Despesa

Pela análise da execução global vertida no quadro 3, denota-se um equilibrado nível de execução das receitas e despesas totais 79,87% e 79,52%, respetivamente, significativamente perto do grau de execução de 85%, no cumprimento do previsto o no nº 3 do art.º 56º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, ou seja, uma taxa de execução da receita total não inferior a 85%, em dois exercícios consecutivos.

Refira-se que, no exercício de 2020, o Município atingiu um grau de execução da receita total de 85,7%.

A despesa paga totalizou **18.101.253,19€**, traduzindo uma execução de **79,52%**.

1.2 – Execução orçamental da Receita

A Receita total cobrada líquida totalizou **18.182.054,05€**, sendo que **444.086,31€**, dizem respeito a receitas por cobrar no início do período, transitadas de anos anteriores referente a dívidas de terceiros ao Município. Como resultado da execução do orçamento da Receita, ficam **384.213,45€** de receitas por cobrar no final do ano e uma taxa de execução de **79,87%**.

As receitas estruturais, pela sua natureza, representam uma base consistente no financiamento de um conjunto de despesas de carácter regular e indispensável ao normal funcionamento da atividade municipal. A estrutura e a execução da Receita Corrente e Capital encontram-se representadas no quadro 4, onde se pode observar o peso dos diversos capítulos bem como a respetiva execução.

Análise Orçamental	Orçamento da Receita 01/01/2021	%	Receita Corrigida 31/12/2021	%	Receita cobrada líquida	%	Desvio	Taxa de Execução
Receitas Correntes	17 037 953,51 €	66,98%	15 363 925,66 €	67,49%	13 840 214,71 €	76,12%	1 523 710,96 €	90,08%
Impostos diretos	2 656 354,54 €	10,44%	2 641 575,14 €	11,60%	2 527 770,56 €	13,90%	113 804,58 €	95,69%
Impostos Indiretos	202 600,36 €	0,80%	202 600,36 €	0,89%	144 669,05 €	0,80%	57 931,31 €	71,41%
Taxas multas e out. penalidades	273 395,38 €	1,07%	273 395,38 €	1,20%	86 532,55 €	0,48%	186 862,83 €	31,65%
Rendimentos de propriedade	855 000,00 €	3,36%	855 000,00 €	3,76%	614 072,01 €	3,38%	240 927,99 €	71,82%
Transferências Correntes	10 670 203,23 €	41,95%	9 010 954,78 €	39,59%	9 153 425,39 €	50,34%	142 470,61 €	101,58%
Venda de Bens e Serviços	1 416 800,00 €	5,57%	1 416 800,00 €	6,22%	797 824,44 €	2,84%	618 975,56 €	56,31%
Outras Receitas Correntes	963 600,00 €	3,79%	963 600,00 €	4,23%	515 920,71 €	2,84%	447 679,29 €	53,54%
Receitas de Capital	8 399 509,83 €	33,02%	7 326 216,17 €	32,18%	4 265 791,10 €	23,46%	3 060 425,07 €	58,23%
Venda de Bens de Investimento	31 783,97 €	0,12%	31 783,97 €	0,14%	6 461,69 €	0,04%	25 322,28 €	20,33%
Transferências de Capital	7 451 788,83 €	29,29%	2 918 804,21 €	12,82%	1 899 025,78 €	10,44%	1 019 778,43 €	65,06%
Ativos Financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Passivos Financeiros	915 937,03 €	3,60%	4 375 627,99 €	19,22%	2 360 303,63 €	12,98%	2 015 324,36 €	53,94%
Outras Receitas de Capital	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Receitas Outras	100,00 €	0,00%	73 406,20 €	0,32%	76 048,24 €	0,42%	2 642,04 €	103,60%
Reposições não abatidas nos pagamentos	100,00 €	0,00%	100,00 €	0,00%	2 742,04 €	0,02%	2 642,04 €	0,00%
Saldo da Gerência Anterior	- €	0,00%	73 306,20 €	0,32%	73 306,20 €	0,40%	- €	100,00%
Total:	25 437 563,34 €	100,00%	22 763 548,03 €	100,00%	18 182 054,05 €	100,00%	4 581 493,98 €	79,87%

Quadro 4 - Execução da Receita

No que diz respeito às Receitas Correntes, durante o ano de 2021, a sua execução financeira foi de **13.840.214,71€**, que representa, em termos percentuais, **90,08%** das receitas corrigidas.

Nas Receitas de Capital, verificou-se uma execução financeira de **4.265.791,10€**, correspondendo a uma taxa de execução de **58,23%**, sendo que em transferências de capital, ficou um conjunto de reembolsos provenientes de financiamentos comunitários por receber.

1.2.1 – Evolução Orçamental da Receita

No gráfico seguinte podemos verificar a evolução da Receita, de 2019 a 2021.

M.
de Saiz
E.P.
[Signature]
[Signature]

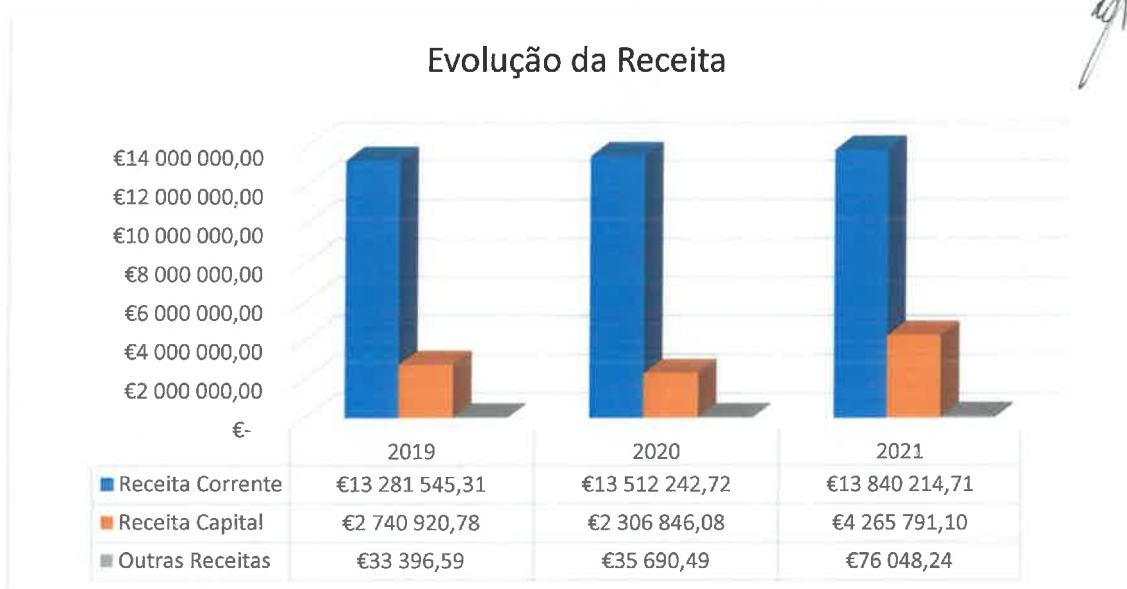
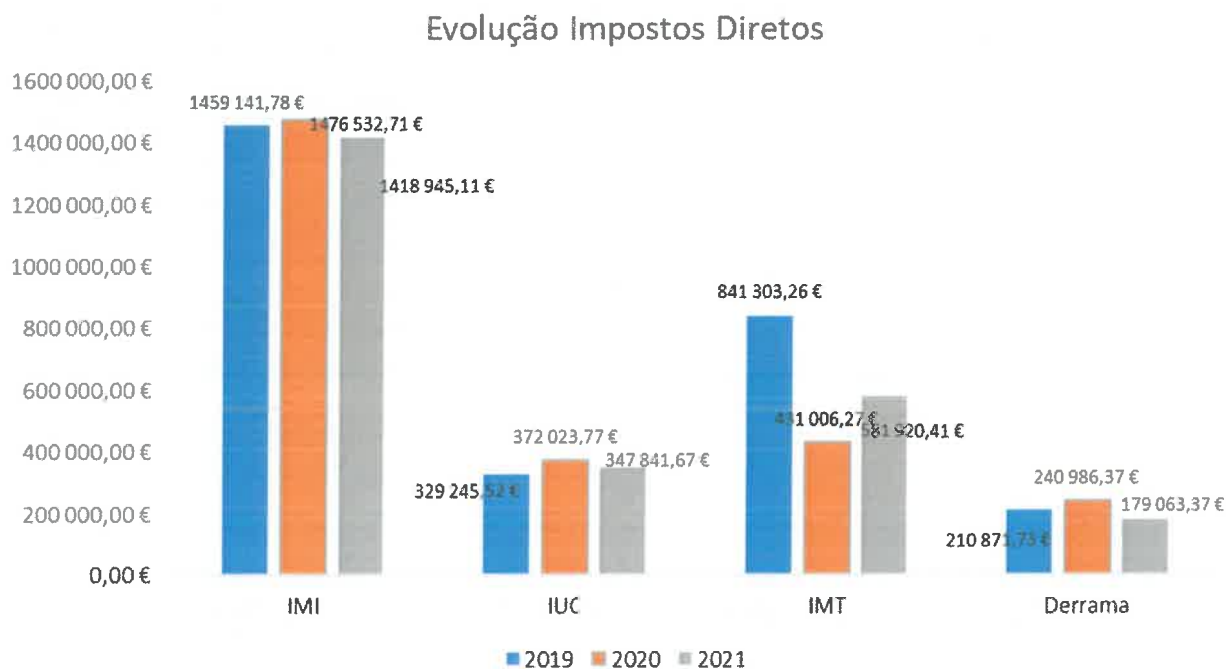


Gráfico 5 - Evolução da Receita 2019-2021

As Receitas Correntes apresentam um crescimento sustentado, mantendo a tendência dos últimos anos.

Sectorialmente, é apresentado gráfico elucidativo da evolução da cobrança na componente de impostos diretos, registando-se uma quebra generalizada de 2019 a 2021, evidenciando ligeira subida de 2020 para 2021, de 0,29%, no total de impostos diretos cobrados, em cerca de 11%, fruto da redução/suspensão da atividade económica, em diversos setores:



No ano de 2021, as Receitas de Capital exibem um aumento significativo, com uma variação, em relação

ao ano anterior, de **84,92%**.

Designação	2019			Δ 2020/2019	2020			Δ 2021/2020	2021			Δ 2021/2020
	Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Tx. de Execução		Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Tx. de Execução		Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Tx. de Execução	
Receitas Correntes	15 844 628,86 €	13 281 545,31 €	88,28%	1,74%	14 066 542,97 €	13 512 242,72 €	96,06%	15 363 925,86 €	13 840 214,71 €	90,08%	2,43%	
Impostos diretos	2 381 517,09 €	2 840 562,29 €	119,28%	-11,27%	2 348 946,00 €	2 520 549,12 €	107,31%	2 641 575,14 €	2 527 770,56 €	95,69%	0,29%	
Impostos indiretos	171 513,20 €	218 776,69 €	127,56%	-21,76%	149 644,00 €	171 173,97 €	114,39%	202 600,36 €	144 669,05 €	71,41%	-15,48%	
Taxas multas e out. penalidades	345 184,68 €	366 869,44 €	106,28%	-74,25%	133 405,50 €	94 468,76 €	70,81%	273 395,38 €	86 532,55 €	31,65%	-8,40%	
Rendimentos de propriedade	855 000,00 €	616 088,83 €	72,06%	-0,28%	619 000,00 €	614 379,55 €	99,25%	855 000,00 €	614 072,01 €	71,82%	-0,05%	
Transferências Correntes	8 343 813,89 €	7 383 406,04 €	88,49%	20,34%	9 159 451,86 €	8 885 496,08 €	97,01%	9 010 954,78 €	9 153 425,39 €	101,58%	3,02%	
Venda de Bens e Serviços	1 979 000,00 €	1 246 747,14 €	63,00%	-48,59%	1 196 095,61 €	640 992,69 €	53,59%	1 416 800,00 €	797 824,44 €	56,31%	24,47%	
Outras Receitas Correntes	968 600,00 €	609 094,88 €	62,88%	-3,93%	460 000,00 €	585 182,55 €	127,21%	963 600,00 €	515 920,71 €	53,54%	-11,84%	
Receitas de Capital	4 180 490,83 €	2 740 920,78 €	65,56%	-15,84%	4 420 651,11 €	2 306 846,08 €	52,18%	7 326 216,17 €	4 265 791,10 €	58,23%	84,92%	
Venda de Bens de Investimento	906 661,80 €	1 124 986,69 €	124,08%	-84,40%	31 783,97 €	175 488,66 €	552,13%	31 783,97 €	6 461,69 €	20,33%	-96,32%	
Transferências de Capital	2 473 828,83 €	815 934,09 €	32,98%	36,87%	2 582 798,53 €	1 116 803,92 €	43,24%	2 918 804,21 €	1 899 025,78 €	65,06%	70,04%	
Ativos Financeiros	- €	- €	0,00%	0,00%	- €	- €	0,00%	- €	- €	0,00%	0,00%	
Passivos Financeiros	800 000,00 €	800 000,00 €	100,00%	26,82%	1 806 088,61 €	1 014 553,50 €	56,17%	4 375 627,99 €	2 360 303,63 €	53,94%	132,64%	
Outras Receitas de Capital	- €	- €	0,00%	0,00%	- €	- €	0,00%	- €	- €	0,00%	0,00%	
Receitas Outras	245,90 €	33 396,58 €	13581,37%	6,87%	6 484,05 €	35 690,49 €	550,44%	73 486,20 €	76 048,24 €	103,60%	113,08%	
Reposições não abatidas nos pagamentos	100,00 €	33 250,69 €	33250,69%	-11,06%	100,00 €	29 306,44 €	0,00%	100,00 €	2 742,04 €	0,00%	-90,64%	
Saldo da Gerência Anterior	145,90 €	145,90 €	100,00%	4275,63%	6 384,05 €	6 384,05 €	100,00%	73 306,20 €	73 306,20 €	100,00%	1048,27%	
Total:	19 225 365,39 €	16 055 862,68 €	83,51%	-1,25%	18 493 678,13 €	15 854 779,29 €	85,73%	22 763 548,03 €	18 182 054,05 €	79,87%	14,68%	

Quadro 5 - Evolução da Receita 2019-2021

No quadro supra verificamos, de forma detalhada, a execução e evolução financeira da receita, de cada uma das sub-rubricas.

Os impostos diretos, em 2021, acompanham a tendência de aumento da receita, verificando-se uma variação positiva de **0,29%**, comparado com o ano de 2020.

A receita referente aos impostos indiretos, taxas multas e outras penalidade e rendimentos de propriedade, apresentam uma diminuição de **15,48%**, **8,40%** e **0,05%**, respetivamente, face ao ano anterior, fruto também das isenções aplicadas, em contexto pandémico.

Em 2021, as rubricas de transferências correntes e venda de bens e serviços, alcançaram uma execução financeira de **9.153.425,39€** e **797.824,44€**, respetivamente, apresentando um aumento de **3,02%** e **24,47%**, quando comparado com o ano anterior.

As sub-rubricas que contribuíram para o aumento da receita de capital, em relação ao ano de 2020, foram as transferências de capital e os passivos financeiros, verificando-se uma evolução positiva, de **70,04%** e **132,64%**, e uma execução financeira de **1.899.025,78€** e **2.360.305,63€**, respetivamente.

Face ao ano de 2020, a rubrica de venda de bens de investimentos sofreu uma descida de **96,32%**.

Ao longo dos 3 anos, a rubrica dos ativos financeiros manteve-se com uma execução financeira nula.

1.3 – Execução Orçamental da Despesa

A previsão corrigida da Despesa foi de **22.763.548,03€**, das quais foram pagas **18.101.253,19€**, valor que originou uma execução global de **79,52%**, durante o ano em análise.

Análise Orçamental	Orçamento da Despesa		Dotação Corrigida		Despesa paga líquida		Desvio	Taxa de Execução
	01/01/2021	%	31/12/2021	%		%		
Despesas Correntes	15 499 611,29 €	60,83%	13 898 889,64 €	61,06%	11 931 634,42 €	86,92%	- 1 967 256,22 €	85,85%
Despesas com o Pessoal	6 184 800,00 €	24,31%	6 010 363,87 €	26,40%	5 867 237,33 €	32,41%	- 143 126,54 €	97,62%
Aquisição de Bens e Serviços	6 385 664,00 €	25,10%	5 172 275,78 €	22,72%	3 878 270,22 €	21,43%	- 1 294 005,56 €	74,98%
Juros e Outros Encargos	385 547,29 €	1,52%	209 623,55 €	0,92%	195 749,70 €	1,08%	- 13 873,85 €	93,38%
Transferências Correntes	1 959 500,00 €	7,70%	935 429,15 €	4,11%	681 615,62 €	3,77%	- 253 813,53 €	72,87%
Subsídios	- €	0,00%	1 142 539,16 €	5,02%	950 529,07 €	1,98%	- 192 010,09 €	83,19%
Outras Despesas Correntes	584 100,00 €	2,30%	428 658,13 €	1,88%	358 232,48 €	1,98%	- 70 425,65 €	83,57%
Despesas de Capital	9 937 852,05 €	39,07%	6 864 659,39 €	38,94%	6 169 618,77 €	34,08%	- 2 695 039,62 €	69,60%
Aquisição de Bens de Capital	8 499 736,20 €	33,41%	6 783 396,85 €	29,80%	4 088 509,25 €	22,59%	- 2 694 887,60 €	60,27%
Transferências de Capital	412 500,00 €	1,62%	348 080,63 €	1,53%	347 928,63 €	1,92%	- 152,00 €	99,96%
Ativos Financeiros	92 143,00 €	0,36%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Passivos Financeiros	933 372,85 €	3,67%	1 733 180,91 €	7,61%	1 733 180,89 €	9,57%	- 0,02 €	100,00%
Outras Despesas de Capital	200,00 €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Total:	25 437 563,34 €	100,00%	22 763 548,03 €	100,00%	18 101 253,19 €	100,00%	- 4 662 294,84 €	79,52%

Quadro 6 - Execução Orçamental da Despesa

No que respeita à Despesa Corrente, a qual reflete todos os custos de funcionamento municipal: recursos humanos, custos operacionais, atividades realizadas e apoiadas pelo município, desde o apoio social, desportivo, cultural e recreativo, verifica-se uma previsão corrigida de **13.989.889,64€** e **11.931.634,42€** de despesa efetivamente paga, correspondendo a uma taxa de execução de **85,85%**.

Ao nível da Despesa de Capital, as despesas pagas totalizaram **6.169.618,77€**, tendo uma execução de **69,60%** da despesa prevista.

1.3.1 – Evolução Orçamental da Despesa

Relativamente à evolução orçamental nas rubricas de despesa corrente, verificamos que, em relação ao ano anterior, as rubricas que têm uma taxa de variação negativa (-0,29%, -20,70% e -57,99%, respetivamente) são:

- Aquisição de bens e serviços
- Juros e outros encargos
- Transferências Correntes

A rubrica de despesas com o pessoal, regista um aumento de **9,76%** face ao anterior, tendo uma execução, em 2021, de **5.867.237,33€**.

Designação	2019			Δ 2020/2019	2020			2021			Δ 2021/2020
	Dotações Corrigidas	Despesa Paga	Tx. de Execução		Dotações Corrigidas	Despesa Paga	Tx. de Execução	Dotações Corrigidas	Despesa Paga	Tx. de Execução	
Despesas Correntes	14 089 448,76 €	12 246 499,05 €	86,92%	-5,55%	13 106 904,53 €	11 444 902,14 €	87,32%	13 898 889,04 €	11 931 634,42 €	85,85%	-4,25%
Despesas com o Pessoal	5 157 445,92 €	5 051 638,80 €	97,95%	5,82%	5 552 255,86 €	5 345 465,80 €	96,28%	6 010 363,87 €	5 867 237,33 €	97,62%	9,76%
Aquisição de Bens e Serviços	6 578 831,54 €	5 276 840,72 €	80,21%	-26,29%	5 026 267,14 €	3 889 495,32 €	77,38%	5 172 275,78 €	3 878 270,22 €	74,98%	-0,29%
Juros e Outros Encargos	291 750,29 €	265 850,51 €	91,12%	-7,15%	306 912,71 €	246 844,78 €	80,43%	209 623,55 €	195 749,70 €	93,38%	-20,70%
Transferências Correntes	1 672 329,19 €	1 338 835,27 €	80,06%	21,18%	1 846 628,06 €	1 622 385,05 €	87,86%	935 429,15 €	681 615,82 €	72,87%	-57,99%
Subsídios	- €	- €	0,00%	0,00%	- €	- €	0,00%	1 142 539,16 €	950 529,07 €	83,19%	0,00%
Outras Despesas Correntes	389 091,82 €	313 333,75 €	80,53%	8,74%	374 840,46 €	340 710,59 €	90,89%	428 658,13 €	358 232,48 €	83,57%	5,14%
Despesas de Capital	5 136 916,63 €	4 919 436,82 €	78,26%	7,89%	5 386 773,50 €	4 336 671,05 €	80,50%	8 864 658,39 €	6 169 618,77 €	69,60%	-42,27%
Aquisição de Bens de Capital	2 914 823,81 €	1 805 844,08 €	61,96%	25,75%	3 299 530,53 €	2 270 858,95 €	68,82%	6 783 396,85 €	4 088 509,25 €	60,27%	80,04%
Transferências de Capital	354 038,37 €	346 338,37 €	97,83%	-15,90%	312 791,57 €	291 260,70 €	93,12%	348 080,63 €	347 928,63 €	99,96%	19,46%
Ativos Financeiros	111 786,00 €	111 786,00 €	100,00%	-91,21%	9 821,49 €	9 821,49 €	100,00%	- €	- €	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	1 755 468,45 €	1 755 468,37 €	100,00%	0,52%	1 764 629,91 €	1 764 629,91 €	100,00%	1 733 180,91 €	1 733 180,89 €	100,00%	-1,78%
Outras Despesas de Capital	- €	- €	0,00%	0,00%	- €	- €	0,00%	- €	- €	0,00%	0,00%
Total:	19 225 365,39 €	16 265 935,87 €	84,61%	-2,96%	18 493 678,13 €	16 781 473,19 €	85,33%	22 763 548,03 €	18 101 253,19 €	79,52%	-14,79%

Quadro 7 - Evolução da Despesa

No ano de 2021, as rubricas referentes à despesa de capital que alcançaram um aumento foram, as aquisições de bens de capital e as transferências de capital, com uma percentagem de variação de **80,04%** e **19,46%**, correspondendo a uma execução de **4.088.509,25€** e **347.928,63€**, respetivamente.

Com uma variação negativa de **-1,78%**, face ao ano de 2020, a rubrica de passivos financeiros, apresenta uma despesa paga, em 2021, de **1.733.180,89€** e, em 2020, de **1.764.629,90€**.

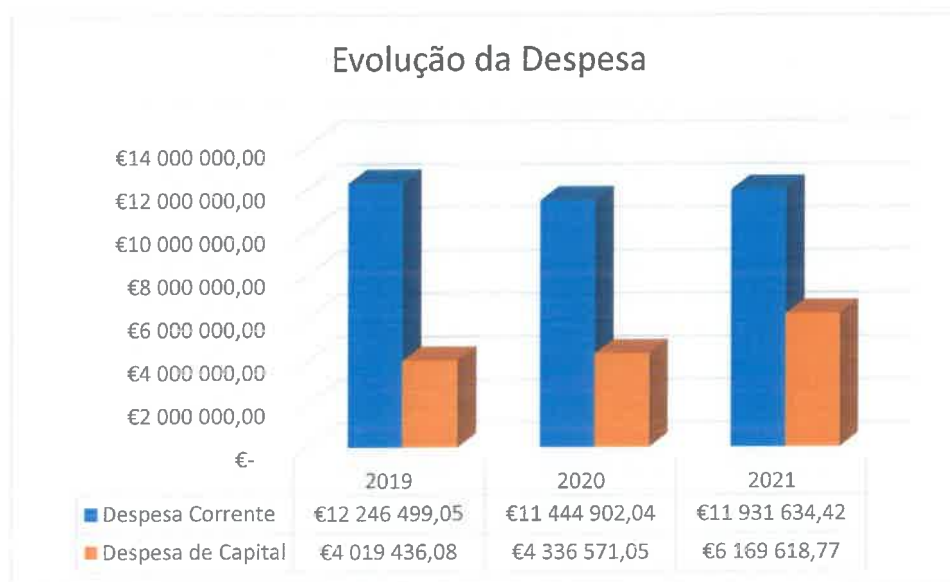


Gráfico 6 - Evolução da Despesa

De acordo com o gráfico 2, que a evolução da despesa de capital regista uma tendência de aumento, ao longo dos últimos 3 anos.

1.4 – Execução das GOP's

Designação do Projeto	Montante previsto	%	Montante Executado	%	Desvio	Taxa de Execução
Funções Gerais	1 016 117,89 €	3,72%	217 100,26 €	5,31%	799 017,63 €	21,37%
Serviços Gerais de Administração	1 016 117,89 €	3,72%	217 100,26 €	5,31%	799 017,63 €	21,37%
Funções Sociais	22 527 182,86 €	82,39%	3 264 064,31 €	79,84%	19 263 118,55 €	14,49%
Educação	286 699,13 €	1,05%	48 145,33 €	1,18%	238 553,80 €	16,79%
Habituação e Serviços Coletivos	21 070 217,79 €	77,06%	2 834 353,20 €	69,32%	18 235 864,59 €	13,45%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1 170 265,94 €	4,28%	381 565,78 €	9,33%	788 700,16 €	32,61%
Funções Económicas	3 517 680,07 €	12,87%	607 344,68 €	14,85%	2 910 335,39 €	17,27%
Industria e Energia	216 674,81 €	0,79%	30 713,54 €	0,75%	185 961,27 €	14,17%
Transportes e Comunicações	85 810,64 €	0,31%	21 995,92 €	0,54%	63 814,72 €	25,63%
Comercio e Turismo	3 215 194,62 €	11,76%	554 635,22 €	13,57%	2 660 559,40 €	17,25%
Outras Funções	280 004,00 €	1,02%	- €	0%	280 004,00 €	0,00%
Diversas não especificadas	280 004,00 €	1,02%	- €	0,00%	280 004,00 €	0,00%
Total:	27 340 984,82 €	100,00%	4 088 509,25 €	100,00%	23 252 475,57 €	14,95%

Quadro 8 - Execução das GOP's

Pela análise do quadro supra, verifica-se que as funções sociais traduzem maior representatividade no total das despesas executadas nas GOP'S, expressando a vontade da estratégia política, na melhoria do bem-estar e qualidade de vida das populações do concelho, no desenvolvimento de projetos destinadas à melhoria das condições habitacionais que se pretendem dignas.

O montante executado nas funções sociais, traduz uma taxa de **79,84%**, no total das GOP'S, seguida das funções económicas, com **14,85%** de execução.

Handwritten notes and signatures:
 AN
 ↓
 Anselmo
 M.
 E.P.
 (Signature)
 P.S.

1.4.1 – Evolução das GOP's

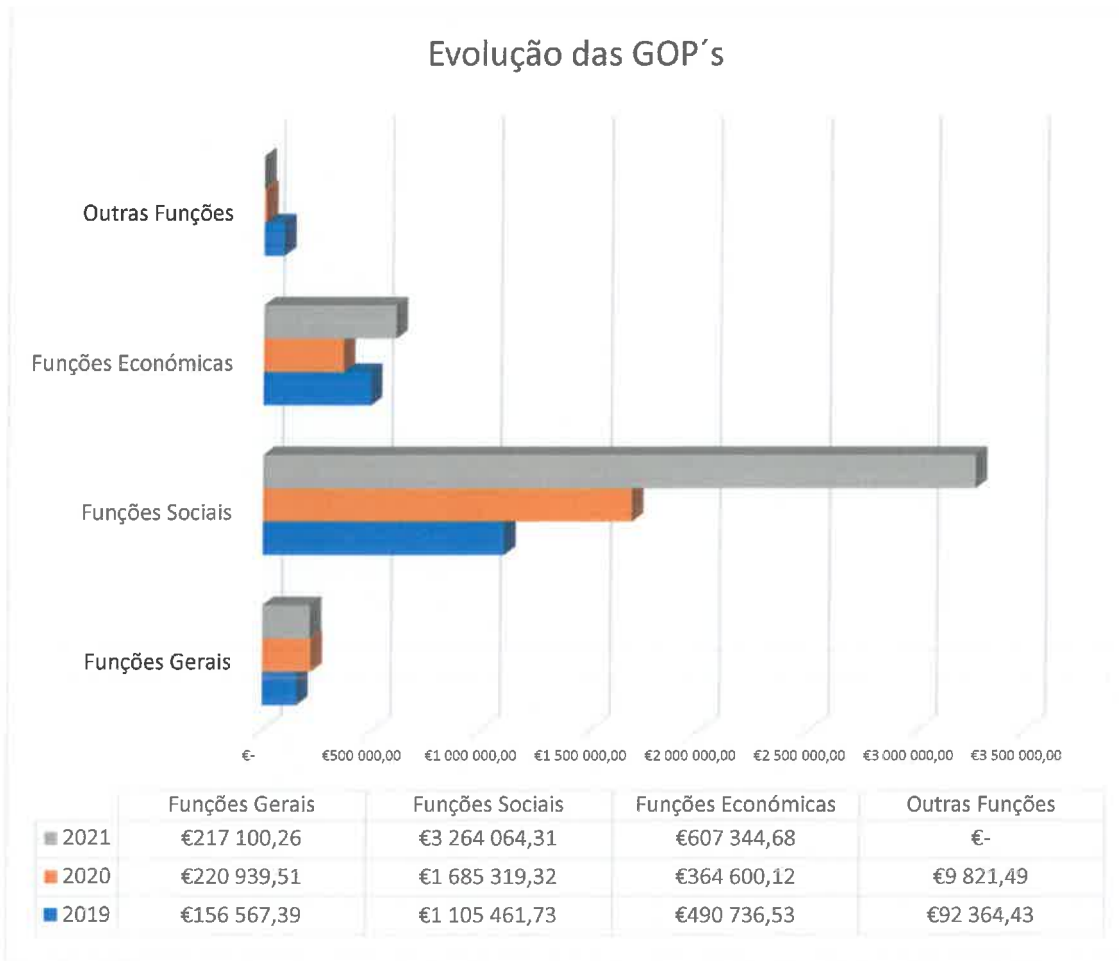


Gráfico 7 - Evolução das GOP's

O gráfico supra, evidencia o crescimento na aposta municipal, ao nível do investimento, com especial destaque para a função social, com um crescimento significativo nos últimos três anos.

2 – Processo Económico-Financeiro

A presente análise económico-financeira teve por base as contas anuais individuais apresentadas pelo Município do Peso da Régua em 2021, preparadas de acordo com o novo referencial contabilístico SNC-AP. Considerando a informação proporcionada pelas demonstrações financeiras do período objeto de prestação de contas, apresenta-se, em seguida uma análise das principais variações ocorridas na posição financeira e no desempenho.

2.1 – Estrutura do Ativo

Estrutura do Ativo						
Ativo	31/12/2020	Peso (%)	31/12/2021	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Ativos fixos tangíveis	50 295 823,67 €	82,62%	48 476 199,17 €	81%	1 819 624,50 €	-3,62%
Ativos fixos intangíveis	117 129,33 €	0,19%	829 430,81 €	1%	712 301,48 €	608,13%
Propriedade de Investimento	- €	0,00%	- €	0%	- €	
Participações Financeiras	7 443 103,00 €	12,23%	7 443 103,00 €	12%	- €	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes			69 764,25 €	0%		
Outros ativos financeiros	38 260,75 €	0,06%	38 260,75 €	0%	- €	0,00%
Ativo não corrente	57 894 316,75 €	95,10%	56 856 757,98 €	95%	1 037 558,77 €	-2%
Inventários	167 669,66 €	0,28%	- €	0%	167 669,66 €	-100%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	100 646,46 €	0,17%	361 299,94 €	1%	260 653,48 €	259%
Clientes, contribuintes e utentes	77 494,17 €	0,13%	29 343,91 €	0%	48 150,26 €	-62%
Estado e outros entes públicos	413 704,58 €	0,68%	392 839,14 €	1%	20 865,44 €	-5%
Outras contas a receber	1 732 528,19 €	2,85%	1 814 343,17 €	3%	81 814,98 €	5%
Diferimentos	4 326,54 €	0,01%	86 860,31 €	0%	82 533,77 €	1908%
Caixa e depósitos bancários	488 380,66 €	0,80%	562 401,14 €	1%	74 020,48 €	15%
Ativo corrente	2 984 750,26 €	4,90%	3 247 087,61 €	5%	262 337,35 €	9%

Total do Ativo	60 879 067,01 €	100%	60 103 845,59 €	100%	775 221,42 €	-1%
-----------------------	------------------------	-------------	------------------------	-------------	---------------------	------------

Destaca-se um aumento muito significativo em “Ativos Fixos Intangíveis”, decorrente do reconhecimento do direito de superfície do Hospital D.Luís, em cerca de **608%**, “Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis, em cerca de **259%** e em “caixa e depósitos bancários”, de **15%**.

2.2 – Estrutura do Passivo

Estrutura do Passivo						
Passivo	31/12/2020	Peso (%)	31/12/2021	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Provisões	4 185 353,36 €	18,86%	4 319 135,43 €	16,77%	133 782,07 €	3,20%
Financiamentos obtidos	10 867 453,70 €	48,98%	11 546 920,08 €	44,85%	679 466,38 €	6,25%
Fornecedores de investimento	205 558,32 €	0,93%	531 414,07 €	2,06%	325 855,75 €	158,52%
Fornecedores	2 178 745,07 €	9,82%	2 176 347,96 €	8,45%	2 397,11 €	-0,11%
Diferimentos	529 123,28 €	2,38%	1 205 726,97 €	4,68%	676 603,69 €	127,87%
Outras contas a pagar	- €	0,00%	2 091,49 €	0,01%	2 091,49 €	100,00%
Passivo não corrente	17 966 233,73 €	80,97%	19 781 636,00 €	76,83%	1 815 402,27 €	10,10%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2 091,49 €	0,01%	554 035,03 €	2,15%	551 943,54 €	26389,97%
Fornecedores	1 543 446,92 €	6,96%	1 283 163,08 €	4,98%	260 283,84 €	-16,86%
Estado e outros entes públicos	54 382,13 €	0,25%	131 077,35 €	0,51%	76 695,22 €	141,03%
Financiamentos obtidos	933 372,86 €	4,21%	880 986,36 €	3,42%	52 386,50 €	-5,61%
Fornecedores	382 011,92 €	1,72%	1 218 630,22 €	4,73%	836 618,30 €	219,00%
Outras contas a pagar	1 306 269,30 €	5,69%	1 898 682,33 €	7,37%	592 413,03 €	45,35%
Passivo corrente	4 221 574,82 €	19,03%	5 966 574,37 €	23,17%	1 744 999,75 €	41,34%
Total do Passivo	22 187 808,35 €	100%	25 748 210,37 €	100%	3 580 402,02 €	16,05%

Regista-se um acréscimo de cerca de 16%, face ao exercício anterior, com destaque para a componente de credores por transferências e subsídios não reembolsáveis, “financiamentos obtidos e fornecedores de investimento, resultado dos investimentos em curso em projetos co-financiados por fundos comunitários.

2.3 – Estrutura das Dívidas de terceiros c/ prazo:

Dívida de terceiros a curto prazo	31/12/2020	31/12/2021	Variação	
			(€)	(%)
Clientes, contribuintes e utente	77 494,17 €	29 343,91 €	- 48 150,26 €	-62,13%
Outras contas a receber	1 732 528,19 €	1 814 343,17 €	81 814,98 €	4,72%
Total	1 810 022,36 €	1 843 687,08 €	33 664,72 €	1,88%

2.4 – Estrutura do Património Líquido:

Estrutura do Património Líquido						
Património Líquido	31/12/2020	Peso (%)	31/12/2021	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Património/capital	59 633 003,68 €	154,13%	59 633 003,68 €	174%	- €	0%
Resultados transitados	- 36 944 823,69 €	-95,49%	- 39 513 655,85 €	-115%	2 568 832,16 €	7%
Outras variações no património líquido	18 133 418,86 €	46,87%	18 983 379,52 €	55%	849 960,66 €	5%
Resultado líquido do período	- 2 130 340,19 €	-5,51%	- 4 747 092,13 €	-14%	2 616 751,94 €	123%
Total do Património Líquido	38 691 258,66 €	100,00%	34 355 635,22 €	100%	4 335 623,44 €	-11%

Regista-se uma diminuição do Património líquido em cerca de 11%, por força da expressão negativa do resultado líquido do exercício ainda que convém realçar que para as entidades públicas que não têm por fim visar o lucro, a dimensão do resultado líquido não é tão relevante como para as entidades que prosseguem fins empresariais e mercantis.

2.5 – Estrutura dos Rendimentos:

Estrutura de Rendimentos	31/12/2020	Peso (%)	31/12/2021	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Vendas	233,74 €	0,00%	4 319,07 €	0,03%	4 085,33 €	1747,81%
Prestações de serviços e concessões	1 212 396,27 €	8,19%	1 486 884,75 €	9,61%	274 488,48 €	22,64%
Impostos, contribuições e taxas	2 965 063,68 €	20,04%	2 841 714,18 €	18,37%	- 123 349,50 €	-4,16%
Trabalhos para a própria entidade	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Reversões de perdas por imparidades de dívidas a receber	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Provisões	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Reversões de perdas por imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	1 614 491,93 €	10,91%	1 612 179,17 €	10,42%	- 2 312,76 €	-0,14%
Juros e rendimentos similares obtidos	1 111,16 €	0,01%	922,53 €	0,01%	- 188,63 €	-16,98%
Transferências e subsídios correntes obtidos	9 001 900,37 €	60,84%	9 520 641,31 €	61,56%	518 740,94 €	5,76%
Total	14 785 197,16 €	100%	15 466 661,01 €	100%	671 463,85 €	4,54%

Pela análise do quadro, regista-se um aumento de cerca de 5% nos rendimentos, face ao exercício anterior, grosso modo pelo crescimento da componente de “transferências e subsídios correntes obtidos”, em 6% e “vendas” e “prestações de serviços e concessões”, com 23%.

2.6 – Estrutura dos Gastos:

Estrutura de Gastos	31/12/2020	Peso (%)	31/12/2021	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Transferências e subsídios concedidos	1 892 701,41 €	11,18%	2 856 898,88 €	14,13%	964 197,47 €	50,94%
CMVMC	530 197,18 €	3,13%	526 712,41 €	2,61%	-3 484,77 €	-0,66%
Fornecimentos e serviços externos	3 791 328,97 €	22,40%	4 849 305,15 €	23,99%	1 057 976,18 €	27,91%
prestações sociais	4 080,00 €					
Gastos com o pessoal	5 350 877,71 €	31,61%	5 850 456,26 €	28,94%	499 578,55 €	9,34%
Gastos de depreciação e amortização	4 605 322,31 €	27,21%	4 775 101,26 €	23,62%	169 778,95 €	3,69%
Reversões de perdas por imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis	22 307,24 €	0,13%	10 023,17 €	0,05%	-12 284,07 €	-55,07%
Provisões do período	- €	0,00%	133 782,07 €	0,66%	133 782,07 €	0,00%
Outros gastos e perda	502 922,01 €	2,97%	880 546,33 €	4,36%	377 624,32 €	75,09%
Juros e gastos similares suportados	225 800,48 €	1,33%	330 927,63 €	1,64%	105 127,15 €	46,56%
Total	16 925 537,31 €	100%	20 213 753,16 €	100%	3 288 215,85 €	19,43%

Pese embora se registe um resultado líquido negativo, os gastos evidenciam um acréscimo de cerca de 19%, face a 2020, com destaque para as “transferências e subsídios concedidos”, a famílias e empresários.

2.7 – Principais Indicadores de desempenho económico:

Indicadores		2020	2021
RENTABILIDADE			
Rentabilidade do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	-5,51%	-13,95%
Rentabilidade Ativo	Resultado Líquido/Ativo	-3,50%	-7,97%
Rentabilidade Operacional	EBIT/ATIVO	-3,13%	-7,43%
Margem EBITDA	EBIT/Vendas, Serviços Prestados e impostos e taxas	-45,61%	8,26%
ESTRUTURA FINANCEIRA			
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo Total	174,38%	133,43%
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo Total	63,55%	57,16%
Endividamento	Passivo/Ativo	36,45%	42,84%
LIQUIDEZ			
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	70,70%	54,42%
Liquidez Reduzida	Ativo Corrente-Invencíveis/Passivo Corrente	66,73%	54,42%
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	11,57%	9,43%

3 – Endividamento municipal:

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI). O n.º 1 do art.º 52.º estipula que “a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no art.º 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

Para efeitos previstos, na LCPA, o Município apresenta um montante de 546.603,94€, de pagamentos em atraso, de acordo com evidência em mapa da Dívida de Terceiros por Antiguidade de Saldos.

Apuramento do Limite da Dívida Total para 2021

Total Receita cobrada nos 3 últimos anos	39 124 942 €
Receita Corrente cobrada em 2018	12 331 154 €
Receita Corrente cobrada em 2019	13 281 545 €
Receita Corrente cobrada em 2020	13 512 243 €
Média da Receita	13 041 647 €
Limite da Dívida Total (1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos)	19 562 471 €

Apuramento da Dívida Total em 31/12/2021

Dívida Total Operações Orçamentais do Município	19 139 900,18 €
20.2.4.9 - Outros credores	0,00 €
20.4 - Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis (EM LP BEI - excecionados)	897 918,32 €
20.6 - Credores por devolução de transferências e subsídios	554 035,03 €
22.1 - Fornecedores c/c	1228 723,37 €
22.5 - Fornecedores - faturas em receção e conferência	0,00 €
22.6 - Fornecedores - sociedades de factoring	2 230 787,67 €
23 - Pessoal	0,00 €
24.2 - Retenção de impostos sobre rendimentos	32 229,28 €
24.5.111 - Caixa Geral de Aposentações	50 044,68 €
24.5.112 - Segurança Social - Regime Geral	48 803,39 €
25.112.1 - Empréstimo de curto prazo LP - (exigível curto prazo)	
25.112 - Empréstimos bancários MLP	11 308 891,53 €
25.112.2 - Outros EM LP excecionados	22 109,69 €
27.111 - Fornecedores de investimentos c/c	1 202 999,05 €
27.16 - Fornecedores factoring	547 045,24 €
27.5.1 - FAM - Fundo de Apoio Municipal	0,00 €
27.7 - Cauções	48 160,28 €
27.8.5 - Sindicatos	0,00 €
27.8.9.2.9.019.08 - Credores Diversos - sem terceiros	44 831,83 €
27.8.9.2.9.019.09 - Credores Diversos - com terceiros	288 802,43 €
27.8.9.2.9.02.9 - Outras entidades	2 091,49 €

Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total¹

Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total¹	26 064,71 €
AMPV - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO	60,41 €
AMCH - Associação Portuguesa dos municípios com Centro Histórico	8,68 €
Fundação Museu do Douro (contributo DT + Endividamento EM LP)	25 905,62 €

Dívida Total da Autarquia

19 165 965 €

Dívida Total a 31/12/2021 excluindo operações extraorçamentais e FAM

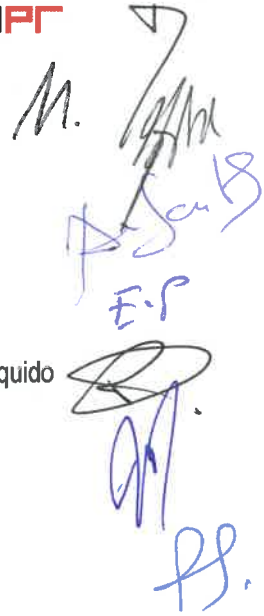
17 389 441 €

Capacidade de Endividamento

Limite da dívida total da Autarquia calculado a 01/01/2021 [1]	19 562 471 €
Montante da dívida total em 31/12/2021 (excluindo operações extraorçamentais e FAM) [2]	17 389 441 €
Margem Absoluta [3 = 1 - 2 se 2 < 1]	2 173 030 €
Margem utilizável (n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º35/2020 de 13 de agosto)	2 173 030 €

¹Dados disponíveis à data atual.

AADIN não releva para a dívida total de operações orçamentais por apresentar resultados e equilibrados a 31.12.2021, de acordo com dados contabilísticos provisórios remetidos ao município.



IV – Proposta de aplicação de resultados:

De acordo com as Demonstrações Financeiras do Município de Peso da Régua, o Resultado Líquido apurado no período de 2021 totaliza – **4.747.092,13€**.

Propõe-se que o mesmo tenha a seguinte aplicação:

Transferência para a conta "56.1 – Resultados Transitados de períodos anteriores".

V – Contabilidade de Gestão – NCP 27

O SNC-AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação. Esta contabilidade deverá facultar informação mais completa, o sistema passa a determinar, além dos custos, também os proveitos e resultados, possibilitando obter indicadores e analisar os desvios para acompanhar e controlar a gestão dos projetos. No entanto, a aplicação da NCP no Município do Peso da Régua ainda se encontra em fase de implementação, sendo que a informação que é possível obter da Contabilidade de Gestão é o balancete por analítica, pelo que não nos permite ainda apresentar no relatório de gestão de 2021 o previsto §34 da NCP27.